



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIA
APLICADAS À EDUCAÇÃO



AUZENIR DA LUZ OLIVEIRA

PANORAMA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO
ESTADO DA BAHIA: UM ESTUDO DIAGNÓSTICO
COM BASE NOS DADOS DO CENSO DA EDUCAÇÃO
SUPERIOR DO ANO DE 2015

Salvador
2018

AUZENIR DA LUZ OLIVEIRA

**PANORAMA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO ESTADO DA BAHIA:
UM ESTUDO DIAGNÓSTICO COM BASE NOS DADOS DO CENSO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ANO DE 2015**

Estudo diagnóstico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) da Universidade do estado da Bahia (UNEB), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação.

Área de concentração: Gestão da Educação e Redes
Sociais

Orientador: Profº Dr. César Barbosa

Salvador
2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Dados fornecidos pelo autor

O48p

Oliveira, Auzenir da

Panorama de Educação a Distância no Estado da Bahia: um estudo diagnóstico com base nos dados do Censo da Educação Superior do ano de 2015 / Auzenir da Oliveira.– Salvador, 2018.

61 fls : il.

Orientador(a): Prof. Dr. César Barbosa.

Inclui Referências

Relatório (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - GESTEC, Câmpus I. 2018.

1.Educação a distância. 2.Censo da Educação Superior.
3.Graduação. 4.Estado da Bahia.

CDD: 370

FOLHA DE APROVAÇÃO

“PANORAMA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO ESTADO DA BAHIA: UM ESTUDO DIAGNÓSTICO COM BASE NOS DADOS DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ANO DE 2015”

AUZENIR DA LUZ OLIVEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (*Scripto Sensu*) Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Área de Concentração I – Gestão da Educação e Redes Sociais, em 31 de agosto de 2018, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:

Prof. Dr. César Barbosa
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Prof. Dr. Sérgio Henrique da Conceição
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Prof. Dr. Felipe Rodrigues Bomfim
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Difusão do Conhecimento
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof.^a Dr.^a Elisiana Rodrigues Oliveira Barbosa
Secretaria de Educação do Estado da Bahia - SEC/BA
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Dedico este trabalho à minha mãe que, mesmo tendo desencarnado precocemente, continua se fazendo presente e me dando forças e fé perante as adversidades que a vida me propõe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, essencialmente, a Deus por se fazer presente ante aos obstáculos que a vida me impôs e por ter permitido o cumprimento desta etapa tão importante da minha vida.

A minha mãe, Alzira da Luz Oliveira (*In memorian*) e meu pai, Antônio Araújo Oliveira, pelos ensinamentos, amor e cuidado de sempre. Aos meus irmãos (Aurinha, Neide, Ariel Aurenny, Ilma, Ari, Guida e Nara) pelo apoio e compreensão diante de minhas constantes e necessárias ausências.

Aos meus sobrinhos (Ana Luisa, Giovanna, Afonso, Arthur, Vicente e Murilo) por seus sorrisos que tornam meus dias mais alegres.

Ao meu companheiro José Carlos, pelo incentivo e compreensão de sempre.

Aos amigos Arilson Reis, Daniele Santana e Vera Lúcia Riccio pelas palavras motivadoras e pela amizade, além dos momentos de descontração trazendo mais leveza a esse processo.

Ao meu orientador, professor Dr. César Barbosa, por aceitar me orientar e pelo acompanhamento no desenvolvimento desta pesquisa, além de sua exímia paciência, dedicação, humanidade e brilhantes contribuições.

Aos professores Dra. Elisiana Barbosa, Dr. Felipe Bomfim e Dr. Sérgio Henrique Conceição pela disponibilidade e sugestões adicionadas a este trabalho.

A Unidade Acadêmica de Educação a Distancia da UNEB pelo incentivo à pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação GESTEC UNEB pela oportunidade dada.

Ao Grupo de Pesquisa EdUReg pelos encontros tão produtivos.

Enfim, meus sinceros agradecimentos a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esta etapa pudesse se concretizar.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa teve como objetivo elaborar um diagnóstico das condições da oferta de graduação na modalidade de educação a distância, considerando os aspectos relacionados às instituições ofertantes, aos alunos atendidos e aos cursos oferecidos. Para isto, elegemos o Estado da Bahia como lócus da pesquisa e as informações contidas nos dados Censo da Educação Superior para o ano de 2015 como base de dados. Trata-se de uma pesquisa aplicada, de abordagem quantitativa e de natureza descritiva. O contexto da pesquisa está demarcado por um quadro de assimetria na infraestrutura de rede do ponto de vista espacial e de precarização tecnológica, conformando uma fraca tecnoestrutura, que resultou na exclusão de parcela razoável da população brasileira ao acesso a internet, impondo limites à expansão da educação a distância. Os resultados apontam para um processo de mercantilização da educação a distância no Estado da Bahia, visto que a oferta de graduação na modalidade EaD é feita majoritariamente através de cursos de instituições privadas, configurando-se em elemento impeditivo à participação desses sujeitos oriundos de classes populares, de modo a reduzir o potencial da educação a distância como instrumento de democratização das oportunidades de ensino.

Palavras-chave: Educação a distância. Censo da Educação Superior. Graduação. Estado da Bahia.

ABSTRACT

The objective of this research work was to elaborate a diagnosis of the conditions of the undergraduate degree offer in the distance education modality, considering the aspects related to the offering institutions, students attended and courses offered. For this we chose the State of Bahia as the locus of the research and the information contained in the microdata Census of Higher Education for the year 2015 as a database. It is an applied research, of quantitative approach and of descriptive nature. The context of the research is marked by a framework of asymmetry in the network infrastructure and the technological precarization, forming a weak techno structure, which resulted in the exclusion of a reasonable portion of the Brazilian population from access to the internet, imposing limits to the expansion of distance education. The results point to a process of commercialization of distance education in the State of Bahia, given that the offer of graduation in the EaD modality is made mostly through courses of private institutions, configuring itself as an impediment to the participation of these subjects coming from popular classes, in order to reduce the potential of distance education as an instrument for democratizing educational opportunities.

Key words: Distance education. Census of Higher Education. University graduate. State of Bahia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Brasil: pessoas conectadas a Internet, 2015.....	17
Figura 2	– Brasil: rendimento médio mensal domiciliar per capita das pessoas de 10 anos ou mais de idade que utilizaram a Internet, 2015	19
Figura 3	– Brasil: velocidade da internet banda larga, 2017	20
Figura 4	– Brasil: velocidade máxima da internet banda larga por capital, 2017	21
Figura 5	– Municípios baianos entre as cidades brasileiras com acesso a internet banda larga mais rápidas, segundo ranking elaborado por Minha Conexão, 2017	22
Figura 6	– Enquadramento da pesquisa.....	29
Figura 7	– Processo de recorte da base de dados da pesquisa	30
Figura 8	– Brasil: quantitativo de instituições que oferecem cursos na modalidade de EaD, segundo a organização acadêmica, 2015	34
Figura 9	– Brasil: quantitativo de instituições que oferecem cursos na modalidade de EaD, segundo a categoria administrativa, 2015.....	35
Figura 10	– Brasil: quantitativo de instituições que oferecem cursos na modalidade de EaD, segundo a região geográfica, 2015	36
Figura 11	– Brasil: quantitativo de cursos oferecidos na modalidade de EaD, segundo a região geográfica, 2015	37
Figura 12	– Territórios de Identidade atendidos com cursos de graduação na modalidade de EaD, 2015	43
Figura 13	– Bahia: distribuição do quantitativo de cursos em EaD segundo localização (capital e interior), 2015	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Brasil: Domicílios particulares permanentes, por existência de utilização da Internet no domicílio, segundo a situação do domicílio e as Grandes Regiões, 2015	18
Tabela 2	– Brasil: quantitativo de cursos oferecidos na modalidade de EaD, segundo a região geográfica, 2015	37
Tabela 3	– Bahia: instituições que ofertavam curso de graduação na modalidade de EaD, 2015	40
Tabela 4	– Bahia: cursos de graduação na modalidade de EaD, 2015	45
Tabela 5	– Bahia: alunos de graduação na modalidade de EaD, 2015 - Atributos pessoais)	48
Tabela 6	– Bahia: alunos de graduação na modalidade de EaD, 2015 - Atributos Acadêmicos	50

LISTA DE QUADROS

Quadro1	– Bahia: cursos de graduação na modalidade de EaD, 2015 (Síntese)	46
Quadro2	– Bahia: alunos dos cursos de graduação na modalidade de EaD, 2015	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABED	Associação Brasileira de Educação a Distância
ARPA	<i>Advance Research Projects Agency</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EAD	Educação a Distância
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IP	<i>Internet Protocol</i>
LCC	Laboratório Nacional de Computação Científica
MEC	Ministério da Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RNP	Rede Nacional de Pesquisa
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Science</i>
TCP	<i>Transmission Control Protocol</i>
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	14
1.2 QUESTÕES INVESTIGADAS.....	25
1.3 OBJETIVOS	25
1.3.1 Objetivo Geral	26
1.3.2 Objetivos Específicos	26
1.4 A JUSTIFICATIVA	26
2 PERCURSO METODOLÓGICO.....	28
2.1 ENQUADRAMENTO DO ESTUDO	28
2.2 REFERENCIAL ESTATÍSTICO E PROCEDIMENTOS PARA A OBTENÇÃO DA BASE DE DADOS	30
3 PANORAMA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL	33
3.1 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL	33
3.2 PANORAMA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL EM 2015	34
4 PANORAMA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO ESTADO DA BAHIA NO ANO DE 2015	41
4.1 PANORAMA DAS INSTITUIÇÕES OFERTANTES	41
4.2 PANORAMA DOS CURSOS OFERTADOS	43
4.3 PANORAMA DOS ALUNOS ATENDIDOS	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	58

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Fazendo uma digressão pela história das formas de troca de informações, vemos que primeiramente essas trocas se davam de pessoa para pessoa através da tradição oral e, posteriormente, através de documentos em papel. Somente no fim da primeira metade do século XIX, em 1844, com o telégrafo, tornou-se possível a transmissão de informações por meio de fios elétricos. Entretanto, a necessidade de interpretação das mensagens constituía uma grande restrição do uso em larga escala do telégrafo. Em 1876, com a chegada do telefone foi possível a transmissão de voz, expandindo sobremaneira a comunicação entre as pessoas. Esta invenção permitiu, por meio do fax, a transmissão e reprodução de documentos por longa distância. No final do século XX, através da tecnologia de telefonia celular, esse meio de comunicação tem seus horizontes alargados, sobretudo a partir das sucessivas gerações de *smartphones*, que permitiu o uso associado com a Internet.

Iniciada por volta de 1962, durante o período da Guerra Fria¹, a internet foi criada com o intuito dos americanos em ter uma rede de comunicação militar que fosse capaz de resistir a um ataque nuclear. Esta rede funcionaria através de várias máquinas dispersas no espaço, mas interligadas. Desse modo, continuaria funcionando mesmo após a destruição de uma ou mais máquinas.

Em agosto de 1969, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, através da ARPA (*Advance Research Projects Agency*), iniciou as atividades da ARPANET, a primeira rede operacional de computadores. Essa rede com fins militares interligava as bases militares com as universidades e outras instituições que faziam trabalhos relacionados com a defesa. A ARPANET é considerada a precursora da Internet, devido ao fato de a mesma apresentar algumas características que ainda estão presentes nas redes de hoje, a exemplo do uso dos protocolos de comunicação TCP (*Transmission Control Protocol*) e IP (*Internet Protocol*) para conexão das máquinas na rede.

¹Período histórico compreendido entre 1945 e 1991, que se caracterizou pela disputa entre os Estados Unidos da América e a União Soviética pela hegemonia política, econômica e ideológica do mundo.

O termo internet passou a ser utilizado somente a década de 80, quando se popularizou a sua utilização. A partir daí, visando facilitar a comunicação entre os pesquisadores e usuários da rede, foi desenvolvida a *World Wide Web* (www), oportunizando o compartilhamento de textos e poucas imagens, o que fora aperfeiçoado posteriormente. Somente em 1993 foi lançado o *Mosaic*, o primeiro navegador de internet que dispunha de interface mais ampla e que disponibiliza a navegação através links e de imagens.

No Brasil, a internet iniciou-se de forma restrita, estando circunscrita ao meio acadêmico e científico, interligando universidades brasileiras com as de outros países. Em 1988, a Universidade de São Paulo (USP), através do Nacional de Laboratório Computação Científica (LNCC), conectou-se pela primeira vez à Universidade de *Maryland*. O acesso foi mediado por uma rede chamada de Bitnet, que permitiu a troca de mensagem entre as instituições. Naquele mesmo ano, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), também por meio da Bitnet, conectou-se ao *Fermi National Accelerator Laboratory* - Laboratório especializado em Física de partículas de alta energia dos Estados Unidos. No ano de 1989, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) juntou-se à rede e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e criou a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), que passou a ser responsável por fornecer acesso à internet (REZENDE, 2014).

Segundo Braga (2010), a internet tornou-se possível para um número maior de brasileiros a partir de 1995, quando o governo, através da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), criou a infraestrutura para o uso comercial da internet. Entretanto, as empresas privadas, assim como os usuários de internet, temiam que o monopólio da Embratel prejudicasse o avanço da internet no Brasil, tal como aconteceu com o setor de informática em relação a reserva de mercado imposta pela Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984².

Difícilmente alguém discordará que o uso do computador e da internet teve como consequência transformações tecnológicas em todos os setores, com grande impacto econômico e social. Na economia, dinamizou os fluxos de capitais, a produção e o comércio mercadorias. Nas comunicações, dado a sua quase instantaneidade, reduziu o hiato entre o fato social e a notícia, facilitou a interlocução entre pessoas em espaços distantes. Na

²Essa Lei dispunha sobre a Política Nacional de Informática, reservando o mercado nacional de informática para as empresas brasileiras. Isso impôs um grande sacrifício a sociedade brasileira, visto que as empresas nacionais não tinham tecnologia para a fabricação de hardware e software, levando o setor a um longo período de atraso.

educação, ampliou a geração e transmissão de conhecimentos, oportunizou novas ferramentas de ensino e aprendizagem e possibilitou a ampliação do alcance espacial das instituições educativas, em especial a modalidade de ensino a distância.

O uso da informática como uma forma de troca de informações e minimização das barreiras intelectuais é o objetivo da educação a distância. A tecnologia educacional empregada no processo do ensino a distância tem o papel de manter os interessados em um determinado conteúdo interligados. O foco é manter o conhecimento exposto a números crescentes de pessoas, tendo como consequência inevitável e desejável a comunicação entre elas para a troca e construção do conhecimento em rede.

Nessa perspectiva, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) é criada como uma alternativa para a oferta de cursos mais próxima do contexto social de regiões com pouca ou nenhuma presença de instituições de ensino superior. O sistema UAB foi instituído através do Decreto nº 5800, de 8 de junho de 2006, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos a distância através de parceria com instituições públicas de ensino superior, relação mediada pelo MEC (BRASIL, 2006).

Esse sistema articula as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) com instituições públicas de ensino superior e outras organizações, no sentido de viabilizar, através das metodologias de educação a distância, a ampliação das oportunidades de ensino superior para as populações cujo acesso a esse nível de ensino foi dificultado ou negado. Para isto, estimula as parcerias entre as instituições de ensino superior oferecendo condições para o fomento, a criação e funcionamento de cursos de graduação e pós-graduação em locais distantes (CAPES, 2018).

Através da educação a distância, seus métodos, metodologias e alcance, a UAB tem se constituído em um bom instrumento para a interiorização do ensino superior, de modo a reduzir a concentração espacial das vagas nesse nível de ensino. Outra consequência importante da UAB está nos efeitos sobre a educação básica. Na medida em que esse programa concentra esforços na formação de professores, o mesmo colabora para a redução do déficit de professores na educação básica. Há de se destacar, ainda, o fato de que, ao levar a oportunidade de formação até o indivíduo, sem necessidade deste se deslocar do seu município até um centro urbano no qual exista um *campus* universitário, a UAB repercute também no arrefecimento dos fluxos migratórios para as grandes cidades, tendo em vista que oferece a formação no mesmo local onde o aluno reside (CAPES, 2018).

Além da UAB, instituições privadas de ensino superior também vêm fazendo uso crescente da modalidade de ensino a distância para a oferta de cursos em regiões de difícil acesso, investindo em tecnologia para aperfeiçoar a prestação dos seus serviços.

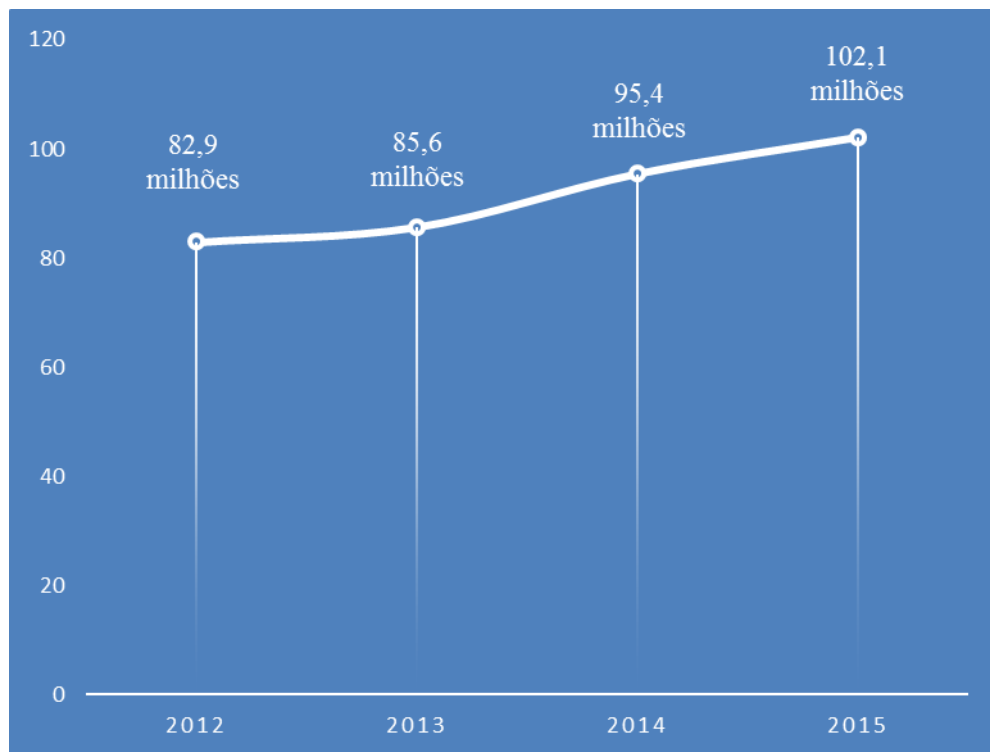
Contudo, a sociedade da informação³ se redefine, tendo como uma de suas principais características o desenvolvimento das tecnologias de comunicação, que vêm com o intuito de fortalecer por vias a distância e sem fronteiras à informação. Esse desenvolvimento terminou por impactar a todos, aos que usufruem ou não da tecnologia. Nesse viés, Guerreiro (2006, p.156) afirma que “a política de difusão da internet depende principalmente dessa infraestrutura tecnológica e das iniciativas do poder público quanto ao preparo das condições de acesso e conexão”. Lemos e Costa (2007, p.36) ressaltam que o termo sociedade da informação se propõe a “descrever os novos desenhos socioculturais, estimulados pela tendência tecnológica iniciada em meados da década de 1970 e consolidada nos anos 90, entre a informática, as telecomunicações e os diversos setores produtivos”.

Em razão de suas potencialidades, a internet teve uma aceitação muito rápida, de modo que se popularizou e avançou pelo mundo a uma velocidade que nenhum outro meio de comunicação havia alcançado. Mesmo assim, a internet encontra limites à sua expansão, visto que para usufruir dos seus benefícios e possibilidades é necessário ter acesso a esse meio de comunicação. Ocorre que as condições de acesso à internet requerem uma base tecnológica que exige uma infraestrutura de rede, um provedor e algum dispositivo de conexão (computadores, *smartphone*, *smart TV*, etc). Isto configura-se como uma grande barreira ao acesso das pessoas pertencentes às camadas menos favorecidas da sociedade.

O Brasil, por exemplo, um país onde persistem as grandes desigualdades regionais, refletidas nos diferentes graus de desenvolvimento de suas regiões, ainda enfrenta problemas na infraestrutura da rede de acesso à internet. Apesar disto, o número de internautas brasileiros cresceu exponencialmente, ultrapassando 100 milhões em 2015, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

³Para Werthein (2000), “a expressão sociedade da informação passou a ser utilizada, nos últimos anos desse século, como substituto para o conceito complexo de sociedade pós-industrial e como forma de transmitir o conteúdo específico do novo paradigma técnico-econômico” (WERTHEIN, 2000, p. 71). Segundo Guerreiro (2006), “a sociedade de informações estabeleceu-se de forma global com a internet” (GUERREIRO, 2006, p. 126)

Figura 1 - Brasil: pessoas conectadas a Internet, 2015.



Fonte: PNAD/IBGE, 2015.

A Figura 1 demonstra que, no ano de 2015, o total de pessoas com mais de 10 anos que se conectaram cresceu 7,1% na comparação com o ano de 2014. Isso representou um acréscimo de 6,7 milhões de usuários a mais, fazendo com que a população brasileira conectada à internet saltasse de 95,4 para 102,1 milhões. Com isso, em 2015, subiu para 57,5% a porcentagem da população brasileira que navega na rede.

Paradoxalmente, verificamos que apesar da internet ter avançado no Brasil, o ano de 2015 registrou a primeira queda do número de domicílios que possuíam computador. Segundo o IBGE, o total de casas com acesso a micros caiu de 32,5 milhões para 31,4 milhões (ou de 48,5% para 46,2%) entre 2014 e 2015. Também recuou a quantidade de residências que tinham computador conectado à internet no mesmo período, passando de 28,2 milhões para 27,5 milhões. Para o IBGE, isso se deve ao crescimento do acesso por meio de outros equipamentos e em outros locais que não o domicílio.

Essa situação já havia sido anunciada pelos números da PNAD/2014. Os dados daquela pesquisa revelaram que o smartphone passou a ser o equipamento preferido pelos brasileiros para acessar a internet. A principal vantagem desse equipamento está na mobilidade, permitindo que o acesso seja feito em locais fora da residência.

Quando analisamos tendo como recorte as regiões geográficas, notamos através das informações referentes ao ano de 2015, que 57,8% dos domicílios brasileiros contavam com acesso à internet. O lado de dentro dessa informação revela um cenário de disparidades regionais. Enquanto as regiões Sudeste (66,1%), Centro-Oeste (60,9%) e Sul (61,3%) registraram porcentagens acima da média brasileira, as regiões Norte (45,1%) e Nordeste (44,8%) apresentaram abaixo dessa média (Tabela 1).

Tabela 1 – Brasil: Domicílios particulares permanentes, por existência de utilização da Internet no domicílio, segundo a situação do domicílio e as Grandes Regiões, 2015.

Situação do domicílio e Grandes Regiões	Domicílios particulares permanentes					
	Valores absolutos (1000 domicílios)			Valores relativos (%)		
	Total	Existência de utilização da Internet no domicílio		Total	Existência de utilização da Internet no domicílio	
		Havia	Não havia		Havia	Não havia
Brasil	68 037	39 295	28 742	100,0	57,8	42,2
Norte	5 095	2 296	2 799	100,0	45,1	54,9
Nordeste	17 837	7 988	9 848	100,0	44,8	55,2
Sudeste	29 473	19 452	10 021	100,0	66,0	34,0
Sul	10 417	6 382	4 035	100,0	61,3	38,7
Centro-Oeste	5 215	3 177	2 038	100,0	60,9	39,1
Urbana	58 298	37 232	21 066	100,0	63,9	36,1
Norte	3 852	2 141	1 711	100,0	55,6	44,4
Nordeste	13 256	7 261	5 994	100,0	54,8	45,2
Sudeste	27 553	18 872	8 681	100,0	68,5	31,5
Sul	8 968	5 910	3 058	100,0	65,9	34,1
Centro-Oeste	4 668	3 047	1 622	100,0	65,3	34,7
Rural	9 739	2 063	7 676	100,0	21,2	78,8
Norte	1 243	154	1 088	100,0	12,4	87,5
Nordeste	4 581	727	3 854	100,0	15,9	84,1
Sudeste	1 920	580	1 340	100,0	30,2	69,8
Sul	1 449	471	978	100,0	32,5	67,5
Centro-Oeste	547	130	416	100,0	23,8	76,1

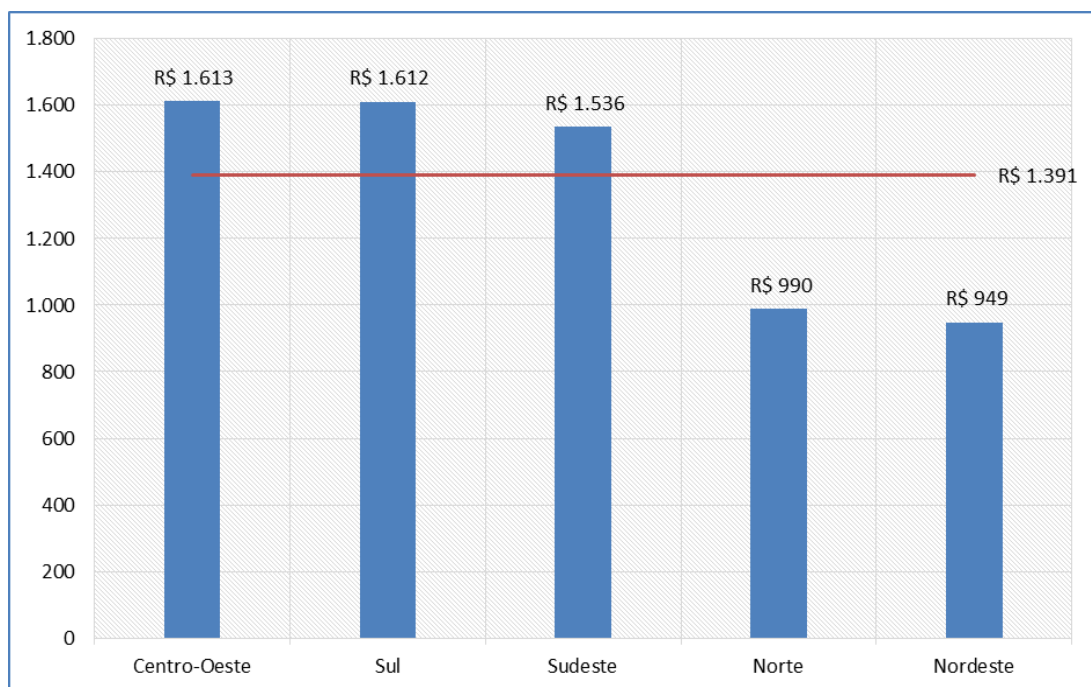
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2015.

Quando analisamos tendo como referência a zona na qual o domicílio está localizado, notamos que o acesso à internet alcança um público muito maior na zona urbana que na rural. No ano de 2015, 63,9% das residências nos centros urbanos estavam conectadas à rede, ao passo em que 78,8% naquelas situados na zona rural não têm acesso à internet. Este quadro é ainda mais grave quando se trata das regiões Norte e Nordeste, onde 87,5% e 84,1%, respectivamente, dos domicílios rurais não estão conectados.

Uma possível explicação para isto caminha em duas vias. A primeira está no fato de que, nessas regiões, o meio rural é desassistido de infraestrutura de rede. A segunda consiste na constatação de que as referidas regiões apresentam rendimento domiciliar per capita aquém da média nacional e na zona rural esse rendimento é ainda mais baixo, de modo que as famílias não têm recursos financeiros para custear o acesso à internet, conformando, então esse quadro de poucos domicílios conectados. Os dados da Figura 2, reforçam esse argumento.

Ainda no que tange às regiões, as informações contidas na Figura 2, demonstram que o rendimento médio mensal domiciliar per capita das pessoas de 10 anos ou mais de idade que utilizaram a internet no ano de 2015. As regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste tiveram uma renda acima da Média nacional (cerca de R\$ 1.391), com valores em R\$ 1.613, R\$ 1.612 e R\$ 1.536, respectivamente. Enquanto as regiões Norte e Nordeste ficaram abaixo da Média Nacional, com rendas de R\$ 990 e R\$ 949, respectivamente.

Figura 2–Brasil: rendimento médio mensal domiciliar per capita das pessoas de 10 anos ou mais de idade que utilizaram a Internet, 2015.

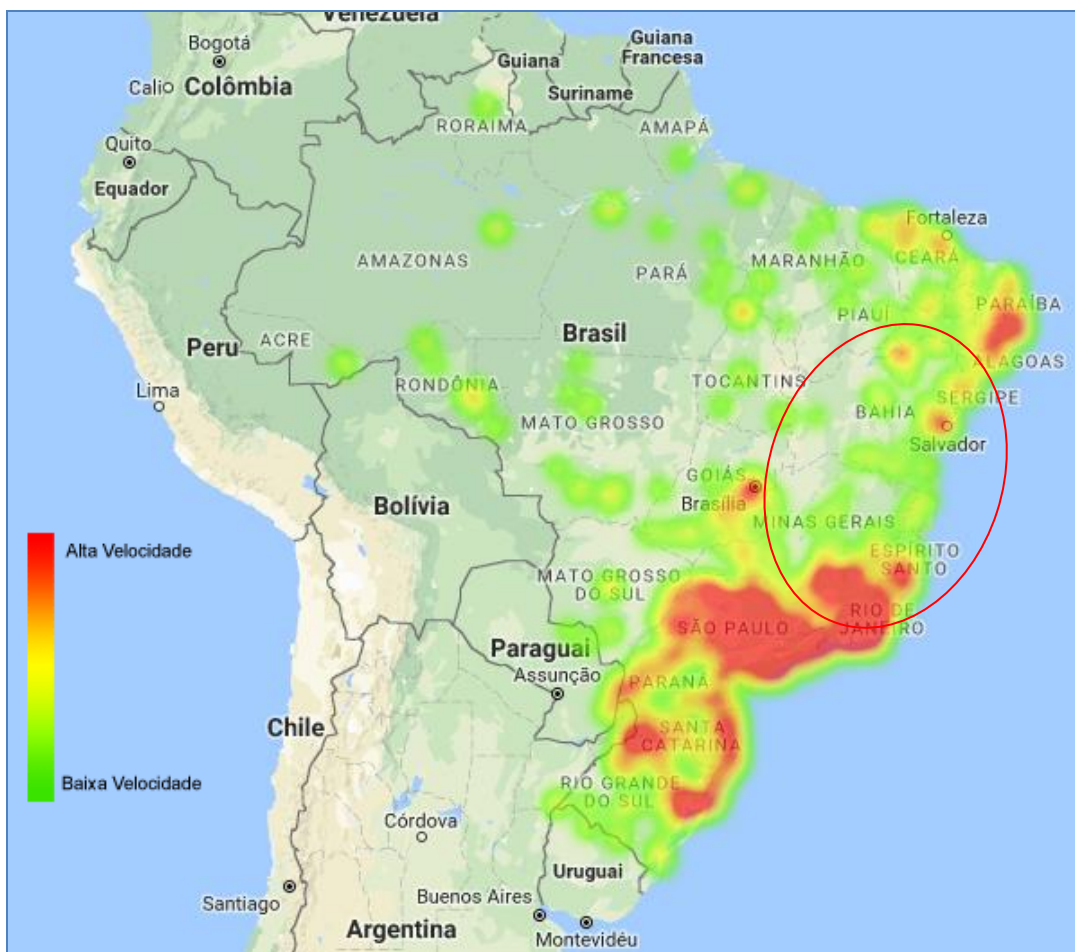


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Falta de investimentos na ampliação da velocidade da conexão e a extensão da área de cobertura são alguns dos principais problemas que agrava a baixa qualidade do serviço de internet no Brasil.

A disparidade da velocidade da conexão entre os estados brasileiros é alarmante. O exame da velocidade da internet no Brasil, elaborado pelo site Minha Conexão, demonstrou tal desigualdade. Na Figura 3, é possível perceber que as regiões Sul e Sudeste possuem a internet com maior velocidade dentro do território nacional, o Nordeste possui a menor velocidade, enquanto o Norte brasileiro aponta praticamente uma escassez na qualidade da conexão, bem como um vazio geográfico em termos de acesso.

Figura 3–Brasil: velocidade da internet banda larga, 2017.



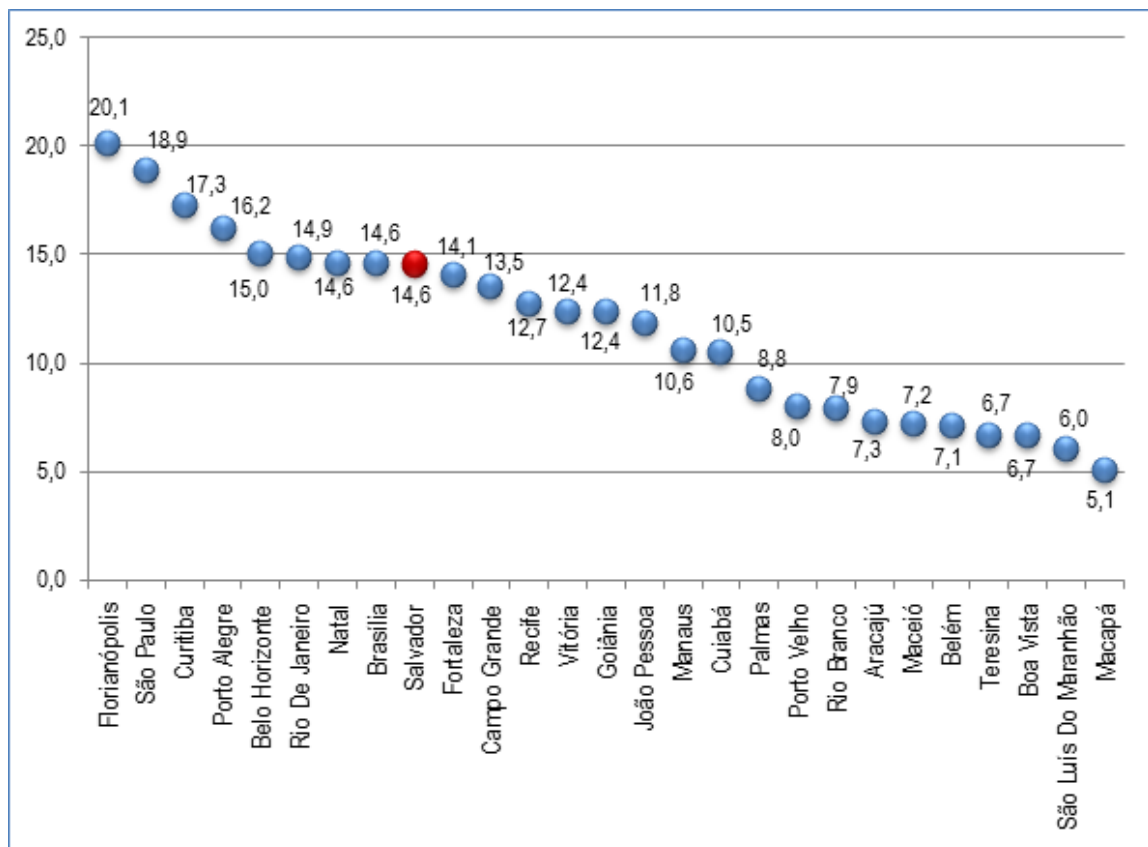
Fonte: Minha Conexão (<http://www.minhaconexao.com.br/ranking/mapa-velocidade.php>)

A Figura 4, que relaciona as capitais dos estados brasileiros, segundo a velocidade máxima conexão oferecida, mostra claramente o quanto é regionalmente desigual o acesso à internet no Brasil. Entre as dez capitais mais velozes, figura apenas três nordestinas (Natal – RN, Salvador – BA e Fortaleza – CE) e nenhuma da região Norte. Desta última região, a capital mais bem colocada é Manaus – AM, que ocupa a 16ª colocação, com uma velocidade

máxima de 10,6 *megabit* por segundo, aproximadamente, metade da velocidade oferecida por Florianópolis – SC (20,1 *megabit* por segundo).

A capital baiana, Salvador, apresenta uma velocidade máxima de conexão de 14,6 *megabit* por segundo, encontrando-se acima da média nacional (11,7 mbps) e dos estados nordestinos (10,6 mbps). Entretanto, ainda está abaixo da média das regiões Sul e Sudeste (17,9 e 15,3 *megabit* por segundo, respectivamente).

Figura4– Brasil: velocidade máxima da internet banda larga por capital, 2017.



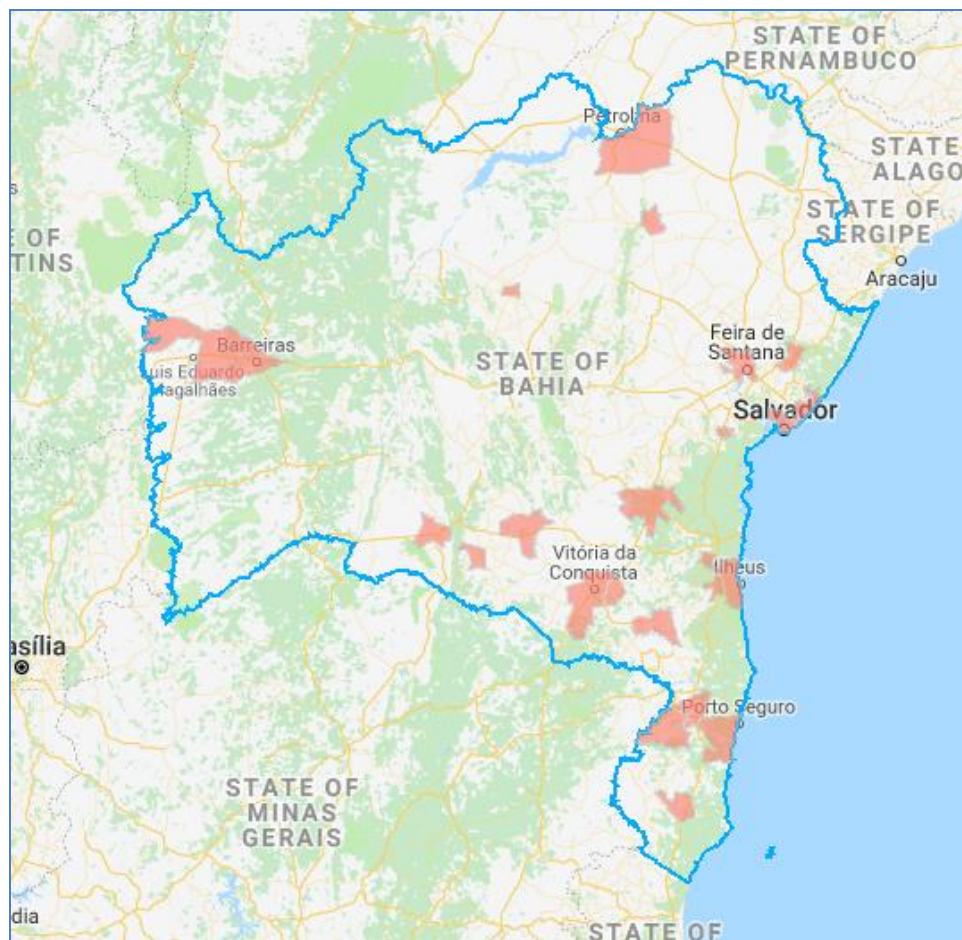
Fonte: Minha Conexão (<http://www.minhaconexao.com.br/ranking/>)

Elaboração Própria

Fazendo um recorte na Bahia, espaço no qual este estudo se concentra, percebemos, através da Figura 5, os municípios baianos que possuem uma melhor qualidade na velocidade da internet. São localidades estratégicas do ponto de vista econômico-social. Salvador e sua região metropolitana aparecem no índice, com a justificativa de ser a capital e possuir como principal atividade o turismo cultural, além da indústria, comércio e construção civil. O município de Ilhéus destaca-se, também, no mapa da velocidade pelo fato de pertencer à microrregião denominada “cacaueira”, em que a produção do cacau voltado para o mercado externo consolidou o Estado da Bahia como tradicional produtor. A cidade de Porto

Seguro, por sua vez, tem suas atividades econômicas baseadas no turismo, extração vegetal, agricultura, pecuária e pesca. São mais de 90 km de praias formadas por recifes de corais, enseadas, rios, riachos, coqueirais e uma exuberante Mata Atlântica. Vitória da Conquista possui a 5ª maior economia da Bahia, com participação de 2,4% no Produto Interno Bruto (PIB) estadual, o setor de serviços tem relevante participação na economia local, o que a enquadra numa das principais cidades do estado, justificando, assim, sua velocidade da conexão da internet. Por fim, a microrregião que envolve as cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães se destaca na agropecuária, comércio, mineração, indústria e agroindústria.

Figura 5 – Municípios baianos entre as cidades brasileiras com acesso a internet banda larga mais rápidas, segundo ranking elaborado por Minha Conexão, 2017.



Fonte: Minha Conexão. Elaborado com auxílio do Sistema de Informações Multidimensional (AZIMUTE/SEI).

A análise da Figura 5 corrobora com Guerreiro (2006), quando afirma o duplo caráter da internet. Segundo esse autor, ao mesmo tempo em que a internet um pertencimento global em razão da sua desterritorialização, ela cria uma hierarquia dos lugares e das pessoas, visto que a mesma se constituiu como uma tecnologia elitista, dado que seu acesso esta

relacionado à riqueza e acumulação de capital. Essa ambiguidade tornou-se um dos principais aspectos de impedem a real democratização da internet.

A internet, assim como todo objeto técnico produzido pela humanidade, serve como base tecnológica para o uso de outras técnicas. Enquanto técnica, a internet também se constitui como meio, resultando em uma tecnoestrutura⁴ para suportar novas técnicas. Contudo, “em nenhum caso a difusão dos objetos técnicos se dá uniformemente ou de modo homogêneo. Essa heterogeneidade vem da maneira como eles se inserem desigualmente na história e no território, no tempo e no espaço” (SANTOS, 2006, p. 22).

Entre muitas possibilidades, a internet tornou-se uma aliada na expansão da oferta de oportunidade de ensino via Educação à Distância (EaD), não apenas como recurso didático, mas com suporte tecnológico (tecnoestrutura) para que a educação alcance um número maior de indivíduos em múltiplos espaços e seja efetiva em sua missão. No entanto, o desenvolvimento assimétrico do Brasil resultou em uma enorme disparidade no que se refere à infraestrutura de comunicação, de modo que ainda há espaços desassistidos, nos quais o acesso a internet não existe ou se faz com grande precariedade. Por essa razão, o país não consegue aproveitar plenamente o potencial da EaD no atendimento às demandas de escolarização da sua população.

Entretanto, vale lembrar que, conforme anunciado por Rurato e Gouveia (2004 *apud* VIEIRA et al, 2013, p. 76), “apenas a Internet não é capaz de estabelecer uma relação formal no processo de ensino e de aprendizagem”. Essa constatação conduziu as instituições a buscarem processos de mediação que viabilize e incentive a autonomia dos estudantes no processo de aprendizagem. Assim, surgiram os recursos didáticos e os ambientes virtuais de aprendizagem que, tendo a internet como tecnoestrutura, desempenha o papel de mediar a interação entre os atores do processo de ensino-aprendizagem.

Temos que destacar também que a EaD apresenta uma nova forma da educação se relacionar com o espaço. Seu espraiamento espacial⁵ não se restringe a sua virtualidade apenas, visto que essa modalidade de ensino requer a montagem de uma estrutura de polo de apoio presencial de EaD, definido pela Portaria Normativa do Ministério da Educação nº 40, de 12 de dezembro de 2007, como sendo “unidade operacional para o desenvolvimento

⁴Para Milton Santos, o termo tecnoestrutura corresponde ao “resultado das inter-relações essenciais do sistema de objetos técnicos com as estruturas sociais e as estruturas ecológicas” (SANTOS, 2006, p. 22)

⁵O termo espraiamento espacial foi utilizado por Barbosa (2016) para expressar a forma de assentamento espacial das universidades multicampi, mais especificamente, da Universidade do Estado da Bahia (Uneb).

descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância” (BRASIL, 2010, p. 23). É o espaço no qual, dentre outras coisas, os estudantes possuem o acesso à internet, recurso que em muitos casos não são disponibilizados em seus domicílios. Nestes casos, os polos presenciais acabam por assumirem uma grande responsabilidade que não deveria ser neles concentrada.

Nessa perspectiva, em síntese, o contexto da pesquisa está demarcado por um quadro de assimetria na infraestrutura de rede do ponto de vista espacial e de precarização tecnológica, conformando uma fraca tecnoestrutura, que resultou na exclusão de parcela razoável da população brasileira ao acesso a internet, impondo limites à expansão da Educação a Distância como instrumento de democratização das oportunidades de ensino.

1.2 QUESTÕES INVESTIGADAS

Como apresentado, o contexto no qual a pesquisa se assenta está circunstanciado em um ambiente de precarização tecnológica, na medida em que o acesso à internet é de baixa qualidade e de exclusão tecnológica, visto que a população rural de modo geral, é alijada por não ter acesso à internet tão facilitada quanto a população urbana.

Nesse cenário, a EaD encontra limites para o seu crescimento e restringe seu potencial enquanto instrumento estratégico para a democratização das oportunidades de escolarização da população brasileira. Ocorre que, pela sua própria natureza, esta modalidade de ensino requer a mediação das tecnologias de informação e comunicação, dentre as quais a internet ocupa um importante papel. Assim, o acesso a essa tecnologia é fundamental para que o indivíduo possa aproveitar os benefícios da educação à distância.

Diante desse quadro, surgiu a seguinte questão: em que condições ocorre a oferta de Educação a Distância no Estado da Bahia? No percurso da resposta a essa questão, apresentamos um diagnóstico considerando os aspectos relacionados aos cursos, as instituições e aos alunos atendidos.

1.3 OBJETIVOS

Mediante necessidade de responder à problemática apresentada por este trabalho, foram definidos os objetivos que nortearam esta investigação, os quais serão apresentados a seguir:

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Elaborar um diagnóstico das condições da oferta de graduação na modalidade de educação a distância no Estado da Bahia, considerando os aspectos relacionados às instituições ofertantes, aos alunos atendidos e aos cursos oferecidos.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenhar o contexto geral da educação a distância no Brasil;
- Recortar dos microdados do Censo da Educação Superior (MEC/INEP) as informações referentes à graduação a distância no Estado da Bahia;
- Revelar o panorama da oferta de graduação a distância no Estado da Bahia no que se referente aos cursos, as instituições e aos alunos atendidos.

1.4 A JUSTIFICATIVA

A educação a distância tem como sentido primordial oferecer um processo de ensino-aprendizagem dinâmico através do uso dos recursos tecnológicos e, desse modo, possui caráter estratégico por se configurar como uma modalidade de ensino inclusiva, de forma mais direta e estruturada a partir do avanço tecnológico e de sua acessibilidade para as pessoas, principalmente a partir da chegada e popularização da Internet de banda larga. Somando-se a isso, o objetivo principal da educação a distância, que é capacitar um número cada vez maior de pessoas, independentemente da sua localização geográfica e de tempo.

Com o advento do ensino a distância, as pessoas tiveram mais acesso às informações e, desse modo, passaram a buscar por conta própria novos produtos, serviços, conteúdos variados e, também, novas formas de conhecimento. Assim, elas começaram a utilizar os recursos digitais para se conectar à conteúdos diversos, se aperfeiçoar profissionalmente e adquirir novas competências e habilidades das mais variadas formas possíveis.

Apesar disso, a EaD no Estado da Bahia encontra uma grande limitação à sua expansão. Indiscutivelmente, os benefícios dessa modalidade de educação só serão alcançados pelas pessoas com acesso à tecnoestrutura requerida (acesso à internet de qualidade e mecanismos de conectividade). Em função da precarização tecnológica, razoável parcela da

população baiana não tem acesso à EaD e, portanto, não se beneficia da mesma.

Desse modo, a realização deste diagnóstico sobre as condições da oferta de educação à distância no Estado da Bahia, justifica-se por se tratar de uma perspectiva analítica baseada em dados e indicadores referentes aos cursos, às instituições e aos alunos atendidos pela EaD, de forma que seus resultados, certamente, contribuirão para a reflexão dessa modalidade de ensino no Estado, no sentido de torná-la mais adequada às nossas demandas educacionais atuais e futuras.

Do ponto de vista pessoal, a realização deste trabalho me permitiu amadurecer intelectualmente, ampliou meus conhecimentos sobre a EaD na Bahia e qualificou minha atuação profissional.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho tem como produto um diagnóstico das condições da oferta de graduação à distância, considerando os aspectos relacionados às instituições ofertantes, aos alunos atendidos e aos cursos oferecidos. Para isto, elegemos o Estado da Bahia como lócus da pesquisa e as informações contidas nos microdados Censo da Educação Superior para o ano de 2015 como base de dados. A grande quantidade de informações exigiu um esforço no sentido de recortar as informações que compuseram o nosso quadro analítico.

Seguindo essa perspectiva, esta seção tem o objetivo de caracterizar o estudo e descrever os procedimentos necessários para obtenção, sistematização e análise dos dados.

2.1 ENQUADRAMENTO DO ESTUDO

Quanto à natureza da pesquisa, este estudo enquadra-se no rol dos estudos de natureza aplicada, visto que terá como produto a elaboração de um diagnóstico que revele o panorama da oferta de graduação à distância no estado da Bahia. Em relação aos objetivos, o mesmo se enquadra na perspectiva da pesquisa descritiva, que, segundo Augusto et al (2013), “têm por objetivo descrever criteriosamente os fatos e fenômenos de determinada realidade”. Esta ideia é reforçada por Oliveira (2011, p.21), ao afirmar que a pesquisa descritiva busca:

(...) descrever um fenômeno ou situação em detalhe, especialmente o que está ocorrendo, permitindo abranger, com exatidão, as características de um indivíduo, uma situação, ou um grupo, bem como desvendar a relação entre os eventos (OLIVEIRA, 2011, p. 21).

No que tange à abordagem, há duas perspectivas em disputa pela hegemonia no campo da pesquisa educacional: a quantitativa e a qualitativa. Enquanto a primeira se apoia na experimentação e na quantificação dos fenômenos, a segunda busca na interpretação significados, percepções e compreensão dos fenômenos. A oposição entre essas perspectivas, no entanto, já foi superada. Segundo Laville e Dionne (1999, p.43), esse debate é falso e desnecessário “porque os pesquisadores aprenderam, há muito tempo, a conjugar suas

abordagens conforme as necessidades”, enquanto Demo (1986), afirma que a “quantidade não é uma dimensão inferior ou menos nobre da realidade, mas simplesmente uma face dela” (DEMO, 1986, p. 6). Para Barbosa (2013, p.31), operar com dados estatísticos nos obriga a pensar a realidade de forma objetiva, mas a interpretação desses dados é uma construção humana e, portanto, carregada de subjetividades.

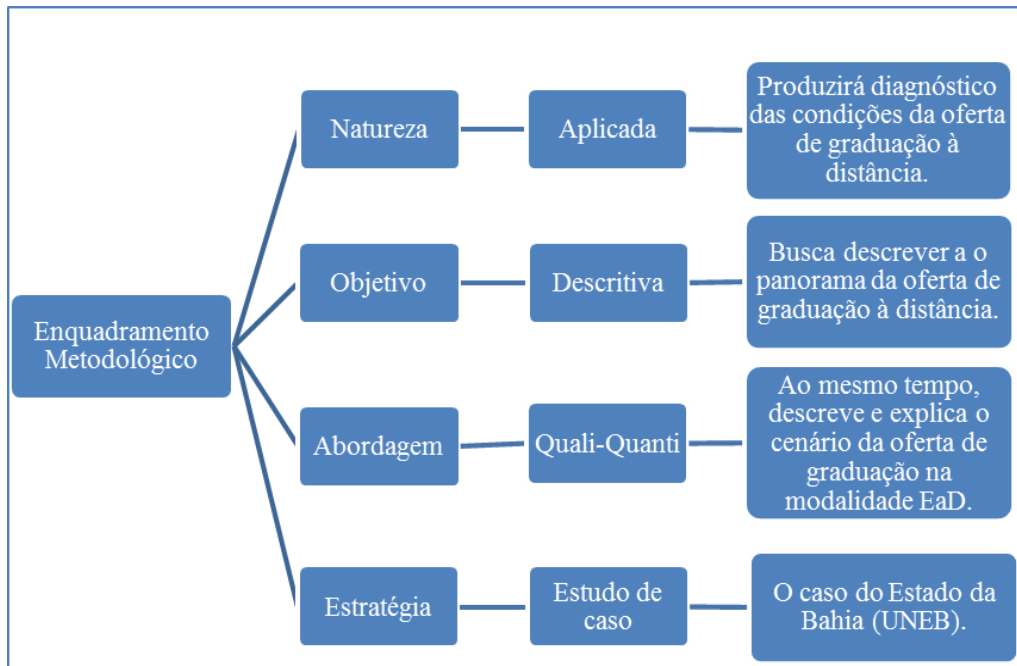
Assim, no sentido de atender à complexidade do nosso objeto, propomos uma abordagem que concilia essas duas perspectivas, com o fim de ao mesmo tempo descrever e explicar o cenário da oferta de graduação na modalidade EaD no Estado da Bahia. “A descrição e a explicação são inseparáveis. O que fundamenta uma boa descrição é o desejo de explicar a realidade” (BARBOSA, 2013, p. 30). Para Laville e Dionne (1999, p.157), um estudo bem conduzido não poderia “se contentar em fornecer uma simples descrição que não desembocasse em uma explicação, pois, como sempre, o objetivo de uma pesquisa não é ver, mas, sim, compreender”. Portanto, nossa pesquisa se enquadra na perspectiva quali-quantitativa.

Considerando que a nossa questão de pesquisa é “em que condições ocorre a oferta de Educação a Distância no Estado da Bahia?”, podemos dizer que, do ponto de vista da estratégia, nosso estudo enquadra-se no estudo de caso. Segundo Yin (2001, p.28), o estudo de caso é a estratégia de pesquisa que oferece maior vantagem quanto “faz-se uma questão do tipo "como" ou "por que" sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle”. No entanto, advertimos aos leitores que, em razão da opção por operar com dados secundários, não utilizaremos as técnicas de coleta de dados típicas do estudo caso (entrevistas, questionários, observações...). Entendemos, por outro lado, que os microdados do Censo da Educação Superior oferecem uma riqueza de informações que nos permitirá conclusões bastante razoáveis.

A caracterização da nossa estratégia enquanto estudo de caso apoia-se no argumento de que o mesmo se restringe ao caso do Estado da Bahia e abarca vários aspectos da oferta de graduação em EaD (instituições, cursos e alunos atendidos). Ademais, cabe registrar que alguns estudos de caso são realizados com “dados oriundos de levantamentos, como o censo demográfico ou os dados previamente coletados sobre um local” (YIN, 2001, p. 112).

A Figura 6 apresenta esquematicamente o enquadramento metodológico da nossa pesquisa:

Figura 6 – Enquadramento da pesquisa.



Fonte: Adaptado de Ferreira (2017)

2.2 REFERENCIAL ESTATÍSTICO E PROCEDIMENTOS PARA A OBTENÇÃO DA BASE DE DADOS

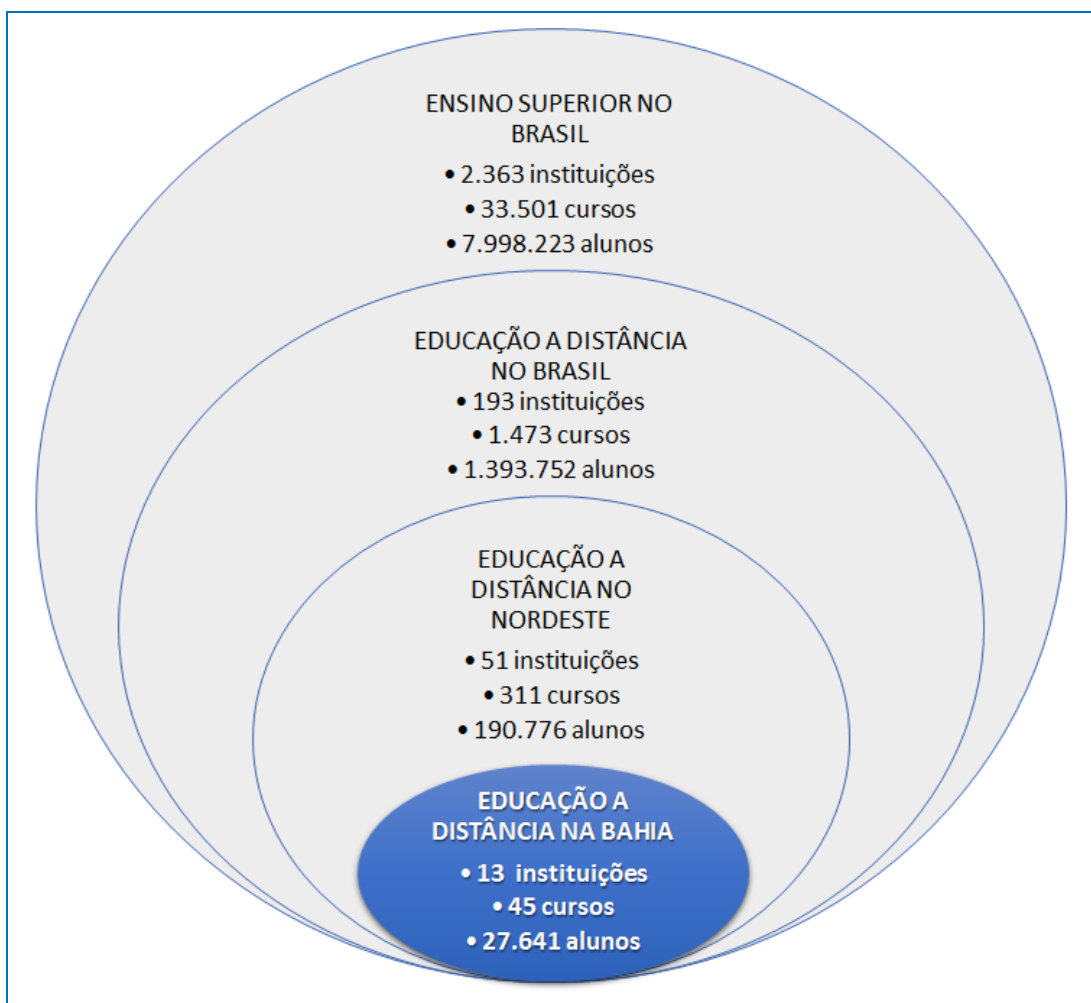
Os dados para a realização do nosso diagnóstico foram obtidos através dos dados do Censo da Educação Superior, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Trata-se de informações sobre os vários aspectos relacionados ao ensino de graduação no Brasil (modalidades, instituições, cursos, matrículas,).

Estudos baseados em dados oferecem vantagens em relação aos que se baseiam em dados agregados. A principal delas é que os dados nos permitem propor o nível de agregação que melhor sirva a compreensão do objeto pesquisado (BARBOSA, 2013, p. 33).

Os dados oferecem um imenso número de informações e detalhes, de modo que, para montagem de nossa base de dados, foi necessário estabelecer uma estratégia para recortar, em meio às várias informações, àqueles aspectos cuja capacidade analítica contribuiu para a consecução dos objetivos da pesquisa. Dessa forma, apresentamos a seguir os procedimentos que utilizamos para obter a nossa base de dados, os quais estão fundamentados em Barbosa (2016).

A Figura 7 representa esquematicamente o processo de recorte dos dados. Inicialmente, isolamos nos dados do Censo da Educação Superior os dados referentes a educação à distância. Naquele ano de 2015, a oferta de formação superior no território brasileiro se fazia através de 2.363 instituições, que ofereciam 33.501 cursos e registraram 7.998.223 matrículas. Dessas instituições de ensino superior, 193 (8,2%) operavam no sistema EaD, oferecendo 1.473 cursos (4,4%) que acolheram 1.393.752 (17,4%) matrículas. Esses números revelam que, mesmo no que pese seu potencial, a educação a distância teve pouca inserção no Brasil.

Figura 7 – Processo de recorte da base de dados da pesquisa.



Fonte: Adaptado de Barbosa (2016)

Considerando que o objeto de nossa pesquisa se concentra na educação a distância no Estado da Bahia, no ano de 2015, nossa base e dados se restringiu aos cursos oferecidos nos municípios que compõem a divisão política do referido Estado. Desta forma, a base de dados foi estruturada com 13 instituições que ofereciam 45 cursos de formação e abrigavam 19.132 matrículas.

Nesse processo, encontramos algumas dificuldades de ordem técnica. Os arquivos com os Microdados do Censo da Educação Superior 2015 divulgados pelo Inep carregam uma imensa quantidade de informações e são disponibilizados em formato que requerem o uso de *software* específicos para operá-los. Assim, foi necessário a utilização do aplicativo de estatística SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), gentilmente cedido pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. Outra dificuldade se deu em razão dos dados estarem em arquivos separados: Instituição (DM_IES), Curso (DM_CURSO) e Local de Oferta (DM_LOCAL_OFERTA). Portanto, tivemos que encontrar um elemento comum que pudesse servir de elo entre esses três arquivos. Dessa forma, tal como foi feito por Barbosa (2016), elegemos a variável CO_CURSO (código de identificação do curso). Trata-se de um número atribuído pelo Inep aos cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação em funcionamento quando da realização do Censo da Educação Superior. Esta variável está presente em todos os arquivos, de modo que, através dela, foi possível unir os referidos arquivos em um único, formando uma base de dados homogênea que contempla os aspectos relacionados as instituições ofertantes, os cursos ofertados e aos alunos atendidos.

Uma vez definida a base de dados, a mesma foi resumida em tabelas e gráficos. Esse procedimento teve como objetivo tornar os dados mais analíticos e, com isso, proceder a descrição e a explicação do panorama da oferta de graduação na modalidade EaD no Estado da Bahia.

3 PANORAMA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

Este capítulo apresenta um breve histórico da educação a distância no Brasil, bem como dados importantes registrados pelos Censos EAD.BR da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) e o da Educação Superior do INEP, ambos referentes ao ano de 2015.

3.1 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

As primeiras formas de ensino e aprendizagem a distância no Brasil ocorreram através dos cursos por correspondência, rádio e televisão. Nos anos 1990, com a disseminação das tecnologias de informação e conhecimento, tiveram início os primeiros programas de ensino formais de educação a distância, com o apoio de algumas secretarias municipais e estaduais como iniciativas independentes e outras em parceria com algumas universidades.

Estes primeiros programas formais, eram dedicados à Formação Continuada de Professores da Rede Pública. Alguns exemplos destes programas são: Projeto Nave em São Paulo, o Projeto Virtus em Recife eo Projeto do NIED UNICAMP, realizado em parceria com a Universidade Estadual de Londrina e a Universidade Estadual de Maringá.

Além da busca pelo aperfeiçoamento das técnicas vinculadas à prática de educação a distância desde seu surgimento, a busca pela regulamentação das atividades em educação a distância também é uma constante. O conceito de educação a distância no Brasil é definido oficialmente pelo Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005):

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

§ 1º A Educação a Distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para:

I – Avaliações de estudantes;

II – Estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;

III – defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente;

IV – Atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

Além destas determinações, o decreto apresenta outras tão importantes quanto, voltadas para a padronização da oferta de cursos na modalidade à distância, o que confere a credibilidade merecida a este sistema de ensino.

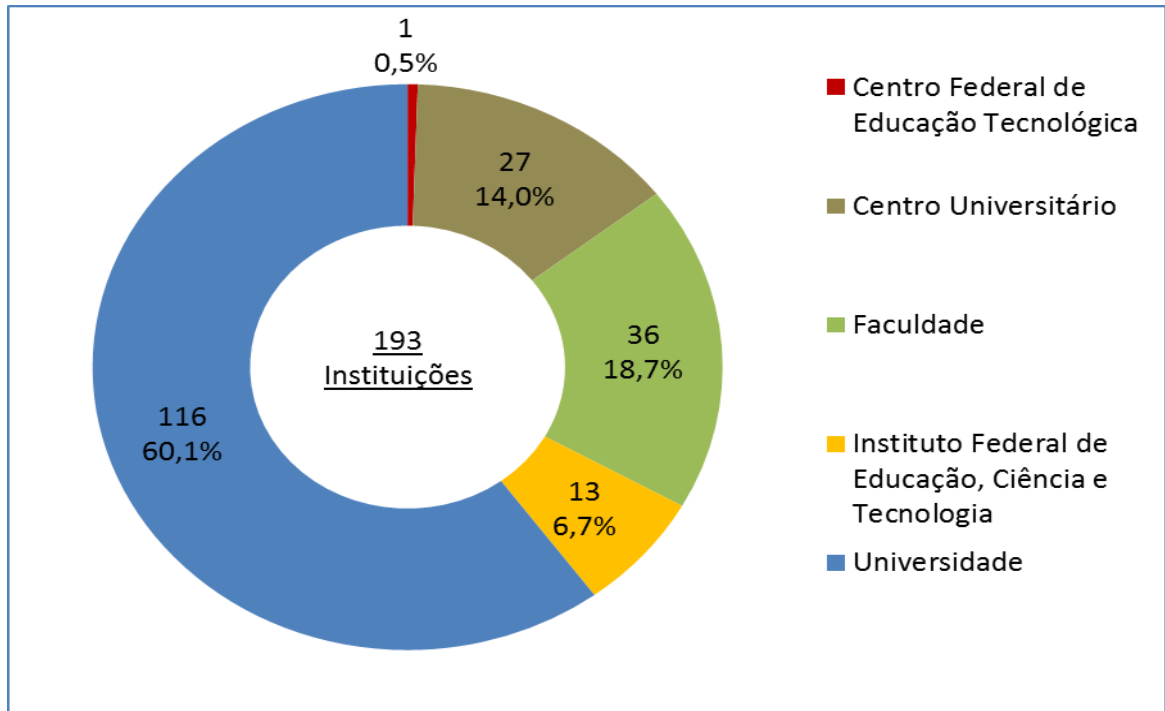
Vale destacar que, de acordo com Litwin (2001), o desenvolvimento da modalidade de ensino a distância serviu para implementar os projetos os projetos educacionais mais diversos e para as mais complexas necessidades tais como cursos profissionalizantes, capacitação para o trabalho ou divulgação científica, campanhas de alfabetização e também estudos formais em todos os níveis e campos do sistema educacional. Complementando esta informação, Maia & Mattar (2007) afirmam que as técnicas que compõem o processo de aprendizagem a distância são praticadas nos mais variados setores, sendo aplicadas na educação básica, ensino superior, universidade aberta, universidades virtuais, treinamentos governamentais, cursos abertos, livres e outros.

3.2 PANORAMA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL EM 2015

Nesta subseção trataremos do panorama da educação a distância no Brasil no que se refere aos aspectos relacionados às instituições e aos cursos, com especial atenção para a responsabilidade das instâncias administrativas em relação a oferta de oportunidades de escolarização para a sociedade brasileira e sua distribuição espacial.

Iniciamos com a análise da distribuição das instituições, tendo em vista a forma como as mesmas se organizam academicamente. Neste particular, evidenciamos que a grande maioria das instituições está organizada academicamente na forma de universidade (60,1%). Esta é uma informação relevante, na medida em que, conforme determina o art. 207 da Constituição Federal, as instituições que gozam do status de universidade devem obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2016, p. 123). A indissociabilidade tem a função de articular o saber científico com a prática dos professores e dos alunos, com vistas na produção de novos saberes. Dessa forma, essas instituições têm mais condições de tornar a experiência da educação a distância mais proveitosa.

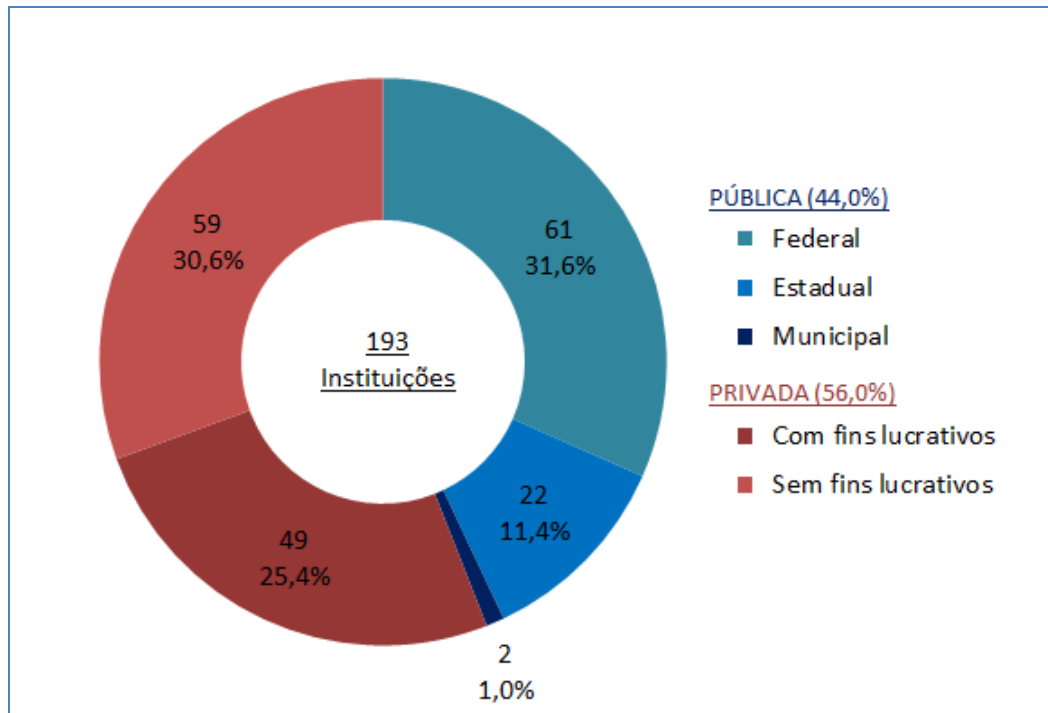
Figura 8 – Brasil: quantitativo de instituições que ofereciam cursos na modalidade de EaD, segundo a organização acadêmica, 2015



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior / Inep

Quando olhamos as instituições sob o prisma da sua natureza administrativa, podemos observar, com auxílio da Figura 9, que no ano de 2015 havia uma prevalência das instituições privadas (56,0%). O domínio do setor privado na oferta de educação a distância reduz o potencial dessa modalidade de ensino, visto que, em tese, a EaD deve alcançar os indivíduos que não tiveram a oportunidade de cursar o ensino superior por não contar com instituição ofertante no seu local de residência ou por não dispor dos meios materiais e financeiros para o seu deslocamento e manutenção nos locais onde haja oferta de graduação presencial. Assim, a cobrança de mensalidades, mesmo que em alguns casos os valores sejam baixo, pode se constituir em um elemento impeditivo à participação desses sujeitos. Nesta perspectiva, a oferta pública tenderia alcançar um público maior.

Figura 9 – Brasil: quantitativo de instituições que ofereciam cursos na modalidade de EaD, segundo a categoria administrativa, 2015

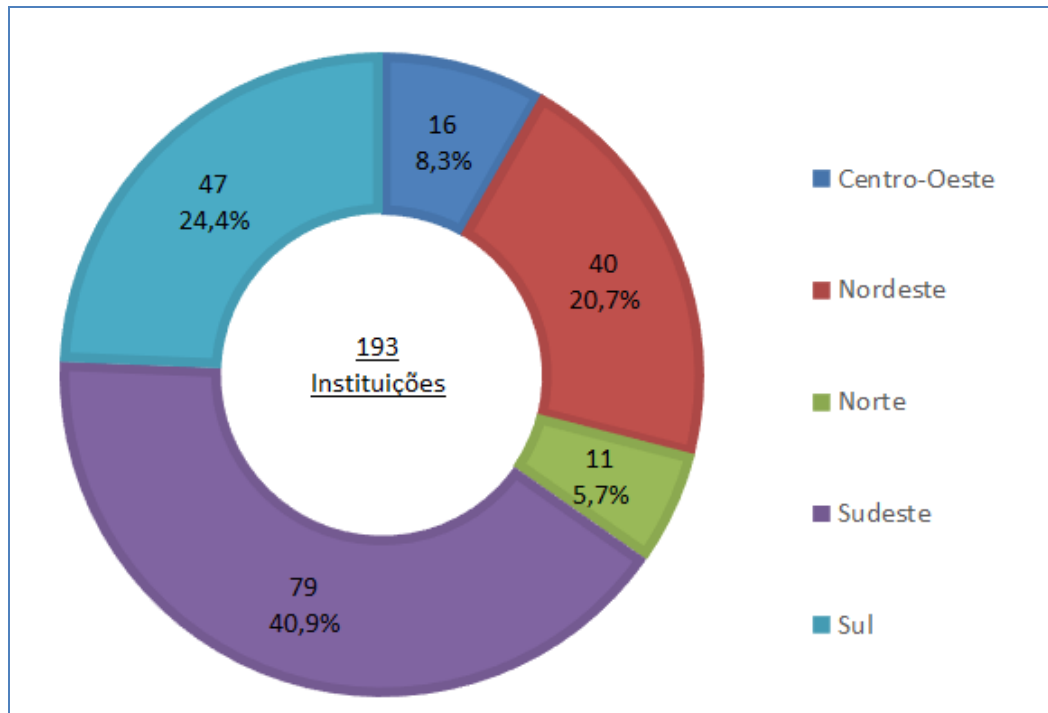


Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior / Inep

A distribuição espacial dessas instituições nos revela um fato preocupante: a concentração das mesmas nas regiões Sudeste e Sul, que juntas perfazem 65,3% (Figura 10). Essa forma concentrada de se apresentar no espaço se assemelha à concentração regional verificada no segmento da graduação presencial⁶ e pode ser explicada pelo fato de que a imensa maioria das instituições ofertantes atua nos dois segmentos (presencial e EaD). Apenas 2,1% das instituições constantes no Censo de 2015 que ofertavam cursos ensino a distância atuavam exclusivamente nesta modalidade.

⁶De acordo com os microdados do Censo da Educação Superior de 2015, as regiões Sudeste e Sul abrigavam 64,4% das instituições que ofertavam cursos de graduação presencial.

Figura 10 – Brasil: quantitativo de instituições que ofereciam cursos na modalidade de EaD, segundo a região geográfica, 2015

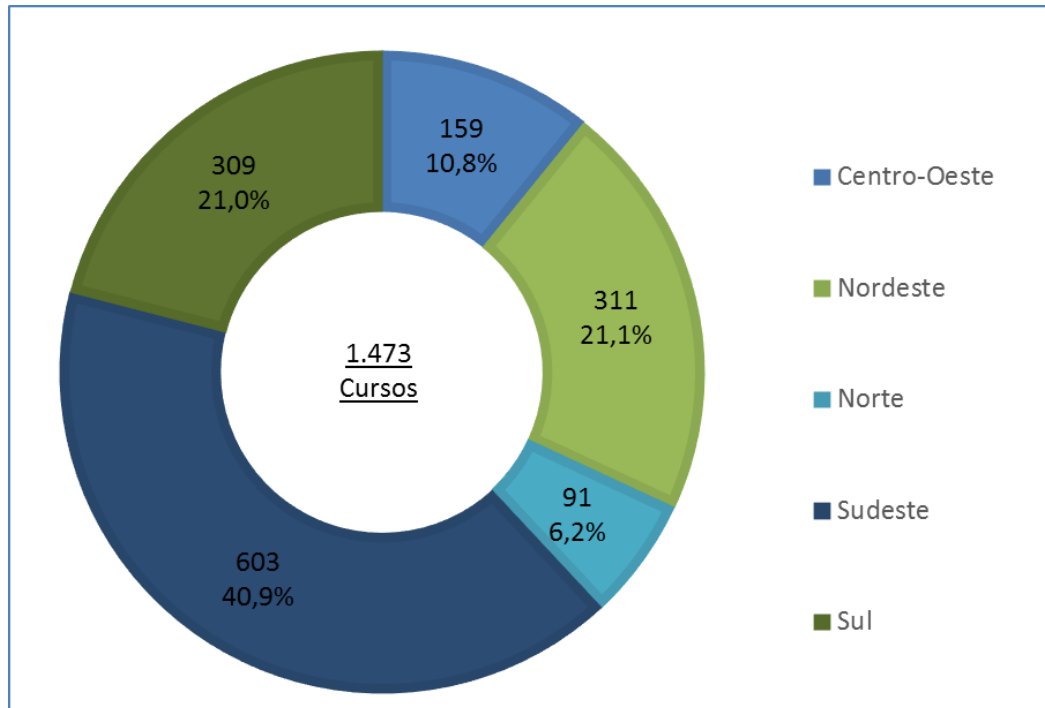


Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior / Inep

Há de se destacar, ainda, que, mesmo no que pese o fato de que a EaD, em razão de sua base tecnológica e de comunicação, permitir um espraiamento dessas instituições, a concentração regional provoca uma simetria na oferta de oportunidade de escolarização da população brasileira na direção dos indivíduos residentes nas regiões mais ricas.

Esse argumento é reforçado quando recortamos a oferta de cursos na modalidade EaD por região geográfica. Com esse propósito, analisamos a Figura 11. Nela foi possível observar que a distribuição espacial dos cursos segue o mesmo padrão da distribuição das instituições. Assim, como observado no caso anterior, a oferta de cursos, naquele ano de 2015, concentrou-se nas regiões Sudeste e Sul, que juntas responderam por aproximadamente 62,0% dos cursos ofertados.

Figura 11 – Brasil: quantitativo de cursos oferecidos na modalidade de EaD, segundo a região geográfica, 2015



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior / Inep

No ano de 2015, foram oferecidas cerca de 2,4 milhões de vagas novas em cursos de graduação a distância no Brasil. Entretanto, ainda no tange a grande necessidade de escolarização da população brasileira, houve apenas, aproximadamente, 1,6 milhão de candidatos manifestaram interesse em fazer a graduação em EaD. Assim, razão da escassez de demanda, pode-se dizer que o sistema foi superdimensionado (Tabela 2).

Tabela 2 – Brasil: indicadores de oferta e demanda por cursos na modalidade de EaD, 2015

Recorte	Descrição	Indicador				
		Oferta (Vagas Oferecidas)	Demanda (Inscritos)	Ociosidade	Ingresso	Grau de Efetividade
		(A)	(B)	(C)=(A)-(B)	(D)	(E)=(D)/(A)
Regional	BRASIL	2.386.865	1.556.116	830.749	694.559	29,1%
	Centro-Oeste	393.866	253.455	140.411	119.341	30,3%
	Nordeste	489.068	193.410	295.658	78.001	15,9%
	Norte	134.271	80.725	53.546	27.795	20,7%
	Sudeste	1.019.162	622.958	396.204	298.170	29,3%
	Sul	350.498	405.568	-55.070	171.252	48,9%
Categoria Administrativa	TOTAL	2.386.865	1.556.116	830.749	694.559	29,1%
	Pública	41.342	91.558	-50.216	30.323	73,3%
	Privada	2.345.523	1.464.558	880.965	664.236	28,3%
Organização	TOTAL	2.386.865	1.556.116	830.749	694.559	29,1%

Tabela 2 – Brasil: indicadores de oferta e demanda por cursos na modalidade de EaD, 2015

Recorte	Descrição	Indicador				
		Oferta (Vagas Oferecidas)	Demanda (Inscritos)	Ociosidade	Ingresso	Grau de Efetividade
		(A)	(B)	(C)=(A)-(B)	(D)	(E)=(D)/(A)
Acadêmica	Centro Federal de Educação Tecnológica	330	1.013	-683	326	98,8%
	Centro Universitário Faculdade	390.690	427.095	-36.405	213.416	54,6%
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	164.286	58.661	105.625	25.229	15,4%
	Universidade	2.338	4.151	-1.813	1.599	68,4%
		1.829.221	1.065.196	764.025	453.989	24,8%

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior / Inep

Analisando os indicadores dispostos na Tabela 2, percebemos que, dadas as condições de demanda por graduação na modalidade de educação a distância, demarcadas pelo contexto do ano de 2015, o sistema operava com uma oferta de 830.749 vagas para além da procura, representando uma ociosidade de 34,8%. O quadro fica ainda mais grave quando consideramos apenas os ingressantes, isto é, as vagas efetivamente ocupadas. Nesse quesito, evidenciamos que o sistema tem baixa efetividade, uma vez que apenas 29,1% das vagas oferecidas são efetivamente ocupadas. Visto de outra forma, podemos dizer que 70,9% das vagas oferecidas não são ocupadas.

Analisando esses indicadores na perspectiva das regiões, vimos que as regiões Centro-Oeste, Norte e Sudeste acompanham a tendência nacional. O destaque vai para as regiões Nordeste e Sul. O Nordeste por exibir o pior resultado, com a maior ociosidade em termos relativos (60,5%) e a menor efetividade (15,9%). A região Sul, destacou-se por ter sido a única onde a procura superou a oferta (houve um excedente de demanda de 55.070) e, conseqüentemente, a maior efetividade (48,9%). Entretanto, vale ressaltar que, não obstante a isso, essa região teve mais da metade de suas vagas não ocupadas.

Quando lançamos o olhar sobre as categorias administrativas, notamos com efeito que, naquele ano de 2015, a iniciativa privada respondia por 98,3% (2.345.523) da oferta de vagas, enquanto que a oferta pública ainda se mostrava bastante tímida com apenas 41.342 vagas disponibilizadas, correspondendo a 1,7% do total das vagas. Entretanto, em termos relativos, a procura pelas instituições públicas foi maior, tendo em vista que o número de inscritos mais que dobrou em relação vagas oferecidas. Por outro lado, a demanda pelas instituições de natureza privada apresentou-se aquém das vagas oferecidas, indicando que estas instituições operavam com uma ociosidade de 37,6% de suas vagas. A preferência pelas instituições de ensino superior (IES) públicas também se expressa no grau de efetividade das mesmas em

comparação às privadas, cujos valores foram 73,5% e 28,3%, respectivamente. Isto significa dizer que enquanto as IES públicas deixaram de ocupar 26,5% das vagas oferecidas em 2015, as IES privadas registram uma desocupação de 71,7%. Esses resultados podem ser explicados pelo fato financeiro. Ao optar por uma instituição privada, o graduando, além de investir tempo no estudo, assume os custos com pagamento de mensalidades, ao passo que na instituição pública terá apenas de dedicar seu tempo.

No tocante à organização acadêmica, podemos ver que 76,6% (1.829.221) das vagas foram ofertadas por instituições que se organizavam enquanto universidade. A procura por essas instituições prevaleceu naquele ano de 2015, de modo que 68,5% (1.065.196) dos inscritos em processos seletivos para cursos na modalidade de EaD, optaram por fazê-lo em uma universidade. Por outro lado, essas instituições, embora tenham acolhido 65,4% (453.989) dos ingressantes, responderam 92,0% (764.025) da ociosidade do sistema, de forma que tiveram 75,2% de suas vagas não ocupadas.

Ainda no que se refere à organização acadêmica, dois segmentos chamaram a nossa atenção. Primeiro, os centros federais de educação tecnológica, com o maior grau de efetividade (98,8%), e as faculdades, que exibiram a menor efetividade (15,4%). Esse resultado pode ser explicado, o caso dos primeiros, pelo fato desses centros ofertarem pouquíssimas vagas, e no caso das faculdades, pelo fato de que 95,0%⁷ estas instituições eram privadas, categoria administrativa que, conforme já salientamos, apresentou maior desocupação de suas vagas.

Em resumo, considerando as condições de oferta e demanda de ensino a distância que descrevemos aqui, podemos inferir que, naquele ano de 2015, o sistema foi superdimensionado e apresentou vários níveis de concentração. Em termos espaciais, concentra-se nas regiões sudeste, que respondeu por 42,7% das vagas ofertadas, 40,0% da demanda e 47,7% da ociosidade o sistema. Em termos institucionais, a oferta concentrou-se nas instituições de natureza privada (98,3%) e organizada em universidades (76,6%). No entanto, as vagas nas instituições públicas são mais disputadas, visto que a demanda por essas instituições superou as vagas em mais que o dobro, ao passo em que nas instituições privadas, a demanda ficou aquém da oferta em 37,6%.

⁷Informação extraída dos microdados do Censo da Educação Superior / Inep.

4 PANORAMA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO ESTADO DA BAHIA NO ANO DE 2015

Este capítulo será dedicado a apresentação dos dados, juntamente com uma alternativa analítica para os mesmos, no sentido de demarcamos o panorama da oferta de graduação a distância no Estado da Bahia. Dessa forma, a perspectiva analítica estará circunstanciada no contexto da pesquisa e nos limites do método proposto.

O capítulo será recortado nos aspectos instituições, cursos e alunos atendidos, os quais constituiram Subseções do mesmo.

4.1 PANORAMA DAS INSTITUIÇÕES OFERTANTES

Conforme salientado anteriormente, os dados do Censo da Educação Superior para o ano de 2015 indicam que, naquele ano, havia 13 instituições de ensino superior ofertando cursos de graduação na modalidade de educação a distância. As informações dispostas na Tabela 3 evidenciam que, quanto às instituições ofertantes, o Estado da Bahia acompanha a tendência nacional, de modo que 76,9% dessas instituições se organizavam academicamente em universidades (10 instituições), ao passo em que 15,4% em centros universitários (2 instituições) e 7,7% em faculdades (1 instituição).

Tabela 3 - Bahia: instituições que ofertavam curso de graduação na modalidade de EaD, 2015

Atributo da Instituição	Descrição	Privada	Pública Estadual	Pública Federal	TOTAL
	TOTAL	8	2	3	13
Organização Acadêmica	Centro Universitário	2	0	0	2
	Faculdade	1	0	0	1
	Universidade	5	2	3	10
	TOTAL	8	2	3	13
Origem da Instituição	BA	3	2	2	7
	MS	1	0	0	1
	PB	0	0	1	1
	PR	1	0	0	1
	RJ	1	0	0	1
	SC	1	0	0	1
	SP	1	0	0	1

Tabela 3 - Bahia: instituições que ofertavam curso de graduação na modalidade de EaD, 2015

Atributo da Instituição	Descrição	Privada	Pública Estadual	Pública Federal	TOTAL
Acesso ao Portal Capes	TOTAL	8	2	3	13
	Não	4	0	0	4
	Sim	4	2	3	9
Acesso a outras bases	TOTAL	8	2	3	13
	Não	1	1	0	2
	Sim	7	1	3	11
Repositório Institucional	TOTAL	8	2	3	13
	Não	6	1	0	7
	Sim	2	1	3	6
Busca integrada	TOTAL	8	2	3	13
	Não	1	0	0	1
	Sim	7	2	3	12
Participa de Redes Sociais	TOTAL	8	2	3	13
	Não	3	1	0	4
	Sim	5	1	3	9
Catálogo <i>on line</i>	TOTAL	8	2	3	13
	Não	0	1	0	1
	Sim	8	1	3	12

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior / Inep
Adaptado de Barbosa (2016)

Da mesma forma que observamos para caso do Brasil, o fato da maioria das instituições ofertantes estarem na categoria de universidade, anuncia um aspecto positivo. Como ressaltamos antes, em tese, essas instituições reúnem as condições para tornar a experiência da educação a distância mais proveitosa, visto que, através do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tem a função de articular o saber científico com a prática dos professores e dos alunos, com vistas na produção de novos saberes.

Quando consideramos as instituições tendo a categoria administrativa como recorte, observamos que a oferta se concentrava nas instituições de natureza privada, que responderam por 61,5% das instituições (8 instituições), enquanto a esfera pública respondia por 38,5% (5 instituições). Neste aspecto há dois fatos que merecem nossa atenção. O primeiro, é a constatação de que ocorria um processo de mercantilização da educação a distância no Estado da Bahia, visto que 46,1% das instituições ofertantes (6 instituições) eram declaradamente mercantis (com fins lucrativos). O segundo consiste na pouca inserção, ao menos até aquele ano de 2015, das universidades estaduais. Das quatro universidades estaduais baianas, apenas duas ofertavam oportunidades de graduação na modalidade EaD, representando 15,4% do total das instituições,

A Tabela 3 também nos revela que as instituições com sede no Estado da Bahia eram majoritárias na oferta de graduação na modalidade EaD no território baiano. Estas instituições representavam 53,8% (7 instituições). Cabe ressaltar que, neste quesito, as instituições públicas eram maioria. Das 7 instituições ofertantes sediadas no Estado, a esfera pública respondia por 4 (2 estaduais e 2 federais), representando 57,1% das instituições baianas.

Quando levamos em consideração o suporte que as instituições ofertantes podem oferecer à educação a distância, encontramos alguns fatos que merecerem comentários. 1) 4 instituições informaram que suas bibliotecas tinham acesso ao portal Capes de periódicos, sendo todas elas privadas (30,8%); 2) 7 instituições informaram que não possuem repositório institucional (53,8%). Isto significa que a instituição não tem base de dados que reúne de maneira organizada a produção científica da mesma. Nesse quesito, enquadrados 75,0% das instituições de natureza privada (6 instituições) e 20,0% das públicas (1 instituição); 3) 92,3% oferecem, através de suas bibliotecas, serviço de busca integrada pela internet (12 instituições); 4) 69,2% participam de redes sociais (9 instituições) e; 5) 92,3% informaram que possuem catálogo *on line*, isto é, disponibilizam ferramentas de recuperação de informações que permitem o usuário consultar, local e remotamente, a existência e disponibilidade do acervo das bibliotecas.

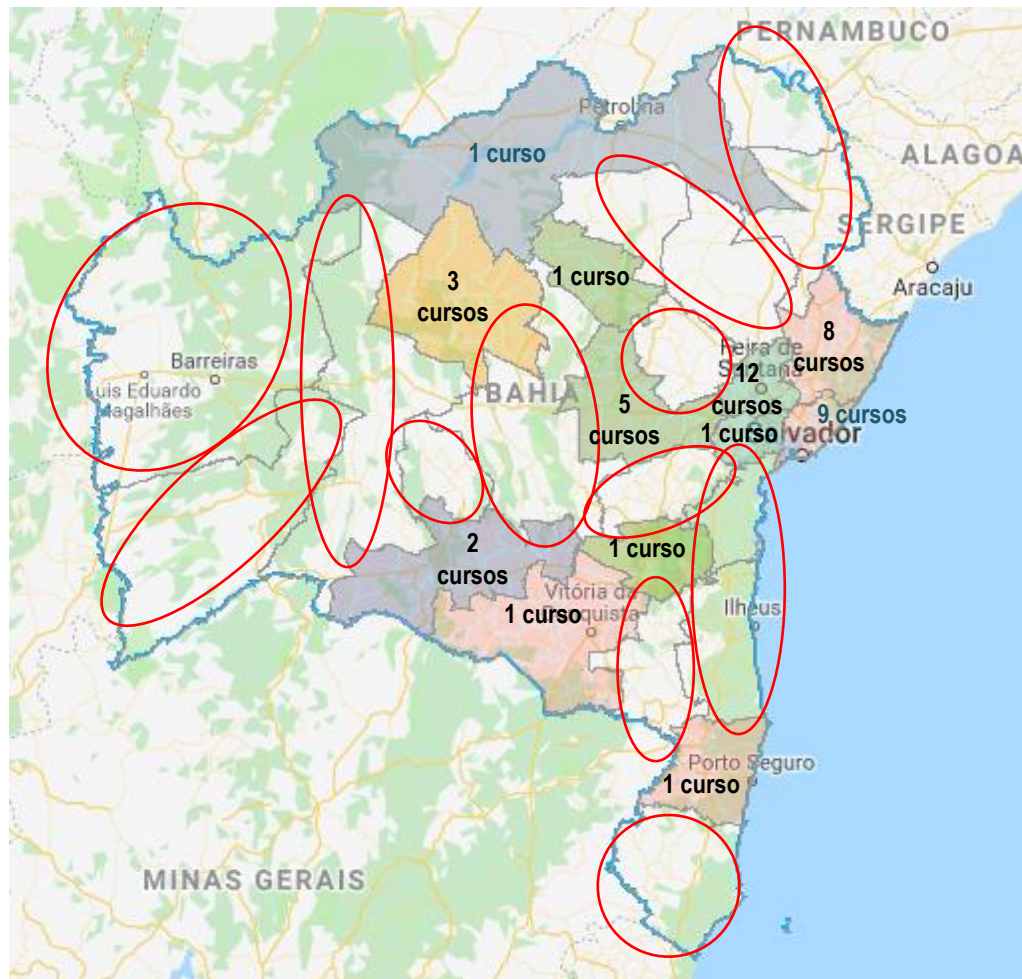
Assim, podemos ver que a oferta ainda opera com razoável grau de precarização, visto que nenhum dos quesitos aqui citados foi amplamente atendido pelas instituições ofertantes. A exceção ficou por conta do acesso a internet, que já era esperado por situar no campo da tecnoestrutura mínima necessária para a realização da educação a distância. Cabe ressaltar, ainda, que o contexto da pesquisa aponta para uma precarização tecnológica, de modo que o simples fato de ter acesso à internet não significa que o mesmo seja de qualidade.

4.2 PANORAMA DOS CURSOS OFERTADOS

No ano de 2015, o Estado da Bahia contava com 45 cursos de graduação na modalidade EaD. Naquele ano, ainda era estrita a 12 dos 27 territórios de identidade e 16 dos 417 municípios baianos, correspondendo a apenas 3,8%. Entretanto, segundo informações da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), órgão ligado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia, esses poucos municípios concentravam 1/3 de toda a

riqueza produzida no Estado⁸. Dessa forma, observamos que esses cursos se instalaram em espaço de maior densidade econômica. Isto pode ser explicado pelo fato de que as instituições ofertantes são majoritariamente privadas e, portanto, buscam espaços onde o negócio educacional é viável.

Figura 12 - Territórios de Identidade atendidos com cursos de graduação na modalidade de EaD, 2015



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior / Inep

○ Áreas desassistidas

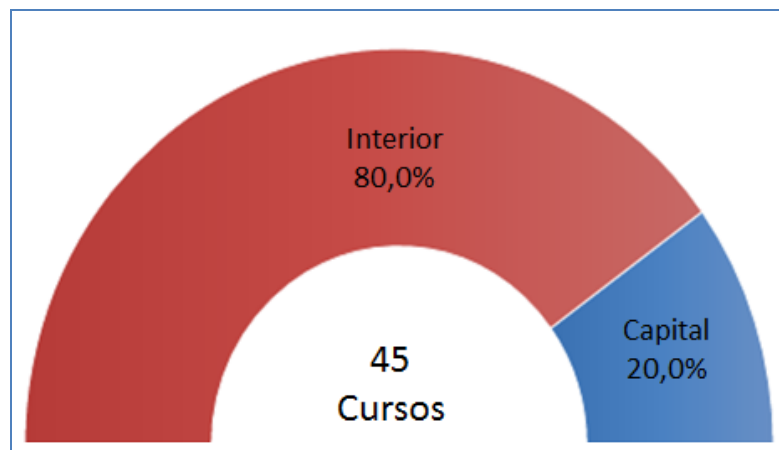
Considerando que os serviços educacionais, sobretudo de educação superior, se enquadram entre os serviços demandados dispersamente no território, mas são ofertados localmente, visto que requer a montagem de uma estrutura mínima para sua prestação. Isto não é diferente com a educação a distância. Ocorre que é necessária a existência de um polo de

⁸Em 2015, os 16 municípios baianos que contavam oferta de cursos de graduação na modalidade de EaD, responderam por 33,2% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado.

apoio presencial que, estando em um município central de um determinado território, poderá servir a alunos de vários municípios desse mesmo território. Contudo, o que nos chama atenção é que, naquele ano de 2015, havia muitos territórios de identidade desassistidos de graduação na modalidade de educação a distância (Figura 12).

Há uma notícia auspiciosa nesse processo. Ocorre que, diferente do ensino superior presencial, a graduação a distância concentrava sua oferta no interior do estado, com 80,0% dos cursos (36 cursos), enquanto a capital abrigava apenas 20,0% (9 cursos), conforme figura 13.

Figura 13 - Bahia: distribuição do quantitativo de cursos em EaD segundo localização (capital e interior), 2015



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior / Inep

Os dados da Tabela 4 nos auxiliou no desenho do perfil dos cursos de graduação na modalidade EaD ofertados no Estado da Bahia, no ano de 2015. Nela reunimos algumas características que consideramos importantes. Primeiramente, um fato chamou a nossa atenção. Apesar de a iniciativa privada ter respondido 61,5% das instituições ofertantes, quando o critério é cursos ofertados, essa representatividade diminui para 57,8%. Do mesmo modo, a instância federal que respondia por 23,1% das instituições, passou a responder por apenas 6,7% da oferta de cursos. Por outro lado, com efeito, notamos que as universidades estaduais apresentaram maior produtividade, tendo em vista que apenas 15,4% das instituições abrigam 35,6% dos cursos ofertados.

No que se refere ao grau acadêmico, há uma prevalência das licenciaturas com 60,0% (27 cursos), seguidas pelos cursos tecnológicos com 22,2% (10 cursos) e dos bacharelados com 17,8% (8 cursos). O domínio das licenciaturas nos revelou outros dois aspectos importantes. O primeiro é o fato de ser esse o grau oferecido por todas as categorias administrativas. O segundo é que as licenciaturas concentravam quase toda a oferta pública.

Dos 19 cursos ofertados pelas instituições públicas, 18 eram licenciaturas, correspondendo a 94,7% do esforço conjunto das instituições estaduais (93,8%) e federais (100,0%).

Essa prevalência das licenciaturas também é sentida quando recortamos os cursos segundo a área específica do mesmo. Assim, constatamos que as mais expressivas foram as áreas de formação de professores e ciências da educação, com 60,0% (27 cursos) e comércio e administração, com 29,0% (13 cursos), enquanto as áreas de computação, direito, engenharia e profissões correlatas, proteção ambiental e serviços sociais participaram com 2,2% (1 curso) cada, perfazendo 11,0% dos cursos.

Tabela 4 - Bahia: cursos de graduação na modalidade de EaD, 2015

Atributo do Curso	Categoria	Privada	Pública Estadual	Pública Federal	TOTAL
Grau Acadêmico	TOTAL	26	16	3	45
	Bacharelado	7	1	0	8
	Licenciatura	9	15	3	27
	Tecnológico	10	0	0	10
Área específica segundo a OCDE ⁽¹⁾	TOTAL	26	16	3	45
	Comércio e administração	12	1	0	13
	Computação	1	0	0	1
	Direito	1	0	0	1
	Engenharia e profissões correlatas	1	0	0	1
	Formação de professor e ciências da educação	9	15	3	27
	Proteção ambiental	1	0	0	1
	Serviço social	1	0	0	1
Acessibilidade pessoa deficiente	TOTAL	26	16	3	45
	Não	0	12	1	13
	Sim	26	4	2	32
Material Digital	TOTAL	26	16	3	45
	Não	13	0	2	15
	Sim	13	4	0	17
	Sem informação	0	12	1	13
Material Impresso	TOTAL	26	16	3	45
	Não	12	0	2	14
	Sim	14	4	0	18
	Sem informação	0	12	1	13
Material em Áudio	TOTAL	26	4	3	33
	Não	7	0	2	9
	Sim	19	4	0	23
	Sem informação	0	1	1	1

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior / Inep
Adaptado de Barbosa (2016)

(1) Nome da área específica conforme adaptação da classificação internacional Eurostat/ Unesco/OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)

Quanto ao suporte que o curso oferece aos seus alunos, foi possível observar que a grande maioria oferece condições de acessibilidade a pessoa com algum tipo de deficiência, visto que 71,1% (32 cursos) indicaram, ao responder o questionário do Censo da Educação

Superior, que essas condições estão garantidas. Entretanto, ainda há muito o que fazer em relação a essa questão, uma vez que 28,9% (13 cursos) não garantem a acessibilidade. O mais preocupante é que onde o acesso a pessoa deficiente é negado, são todos da instância pública, com especial participação das instituições de ensino superior estaduais, que responderam por 92,3% destes (12 cursos). Em relação aos cursos oferecidos pelas instituições de natureza privadas, todos informaram possuir as condições de acessibilidade.

Observa-se que se o curso possui material didático em meio digital acessível, notamos que 28,9% dos cursos (13 cursos) omitiram essa informação. Novamente, todos públicos e majoritariamente estaduais. Aqueles que indicaram possuir material digital disponível somaram 37,8% (17 cursos), sendo que 76,5% (13 cursos) eram privados e 23,5% (4 cursos) públicos estaduais. Dos 3 oferecidos pelas instituições federais, 66,7% (2 cursos) informaram que não possuíam esse tipo de material, enquanto que 33,3% (1 curso) se omitiu.

No que se refere ao material didático impresso acessível, os microdados do Censo da Educação Superior revelaram que apenas 40,0% (18 cursos) dos cursos de graduação na modalidade EaD oferecidos no Estado da Bahia, no ano de 2015, informaram que disponibilizava material didático impresso; 31,1% (14 cursos) informaram que não possuíam esse tipo de material e; 28,9% (13 cursos) se omitiram.

No que tange a disponibilidade de material em áudio, os microdados do Censo da Educação Superior evidenciaram que 51,1% dos cursos (23 cursos) possuíam material nesse formato, ao passo em que 20% (9 cursos) não possuíam e 28,9% (13 cursos) não informaram. Mais uma vez, as instituições públicas estaduais se destacaram entre esses últimos, visto que 75,0% dos seus cursos se omitiram nesse quesito.

Para concluirmos a análise do recorte curso, apresentamos, a seguir, o Quadro 1 que sintetiza os aspectos que examinamos aqui:

Quadro 1 - Bahia: cursos de graduação na modalidade de EaD, 2015 (Síntese)

Atributo do Curso	Privada	Pública Estadual	Pública Federal	TOTAL
Grau Acadêmico	Tecnológico 38,5%	Licenciatura 93,8%	Licenciatura 100,0%	Licenciatura 60,0%
Área específica segundo a OCDE ⁽¹⁾	Comércio e administração 46,2%	Formação de professor e ciências da educação 93,8%	Formação de professor e ciências da educação 100,0%	Formação de professor e ciências da educação 60,0%
Acessibilidade	Sim	Não	Sim	Sim

Quadro 1 - Bahia: cursos de graduação na modalidade de EaD, 2015 (Síntese)

Atributo do Curso	Privada	Pública Estadual	Pública Federal	TOTAL
pessoa deficiente	100,0%	75,0%	66,7%	71,1%
Material Digital	Sim 50,0%	Não Informado 75,0%	Não 66,7%	Sim 37,8%
Material Impresso	Sim 53,8%	Não Informado 75,0%	Não 66,7%	Sim 40,0%
Material em Áudio	Sim 73,1%	Não Informado 75,0%	Não 66,7%	Sim 51,1%

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior / Inep

(1) Nome da área específica conforme adaptação da classificação internacional Eurostat/ Unesco/OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)

Desse modo, podemos concluir que, dentre todos os cursos de graduação oferecidos na modalidade EaD, no Estado da Bahia, no ano de 2015, aquele que melhor representa o conjunto, isto é, o curso típico seria de licenciatura (60,0%); da área de formação de professores (60,0%); com acessibilidade a pessoa com deficiência (71,1%); que oferece material didático em formato de áudio (51,1%); mas não oferece material em meio digital (62,2%) e impresso (60,0%).

Por outro lado, considerando que 57,8% desses cursos são privados, podemos afirmar que, escolhido aleatoriamente um curso, há uma grande probabilidade (57,8%) do mesmo ser oferecido por uma instituição privada. Assim, podemos dizer que o curso seria tecnológico (38,5%); da área de comércio e administração (46,2%); com acessibilidade a pessoa com deficiência (100,0%); oferece material de didático digital (50,0%), em formato impresso (53,8%) e em áudio (73,1%).

4.3 PANORAMA DOS ALUNOS ATENDIDOS

Como recurso metodológico, resolvemos dividir o nosso conjunto de dados referentes aos alunos em duas dimensões: Atributos Pessoais e os Atributos Acadêmicos. Nestes últimos, reunimos os atributos que o aluno adquire ao ingressar em uma instituição de ensino superior, enquanto nos primeiros agrupamos os atributos inerentes ao aluno ou por ele trazidos, isto é, adquiridos antes do ingresso no curso de graduação.

Iniciamos pelos atributos pessoais expostos na Tabela 5. Assim, ao analisarmos essas informações, notamos que no ano de 2015 havia 27.641 estudantes nos cursos de graduação

na modalidade EaD oferecidos no território baiano, dos quais 56,4% (15.590 alunos) eram do gênero feminino e 43,6% (12.051 alunos) masculinos. Esta prevalência feminina ocorre com mais intensidade nos cursos oferecidos pelas instituições públicas, cuja participação das mulheres supera 63,0%. Isto pode ser explicado pelo fato de essas instituições, conforme observamos anteriormente, concentrarem sua oferta nos cursos de licenciaturas, grau acadêmico reconhecido como campo majoritariamente feminino.

Tabela 5 - Bahia: alunos de graduação na modalidade de EaD, 2015 - Atributos pessoais)

Atributo Pessoal do Aluno	Categoria	Privada	Pública Estadual	Pública Federal	TOTAL
Gênero	Total	19.454	6.996	1.191	27.641
	Feminino	10.184	4.652	754	15.590
	Masculino	9.270	2.344	437	12.051
Origem Étnica	Total	19.454	6.996	1.191	27.641
	Amarela	246	11	15	272
	Branca	5.157	332	198	5.687
	Indígena	91	16	7	114
	Negra (Preta e Parda)	3.609	1.639	358	5.606
	Aluno não quis declarar cor/raça	7.655	4.946	613	13.214
	Não dispõe da informação	2.696	52	0	2.748
Faixa Etária	Total	19.454	6.996	1.191	27.641
	15 A 19 anos	539	172	32	743
	20 a 24 anos	2.480	624	138	3.242
	25 a 29 anos	3.620	1.217	231	5.068
	30 a 34 anos	4.070	1.542	259	5.871
	35 a 39 anos	3.411	1.372	239	5.022
	40 a 44 anos	2.267	905	151	3.323
	45 a 49 anos	1.459	607	81	2.147
	50 a 54 anos	927	354	47	1.328
	55 a 59 anos	455	145	9	609
	60 ou + anos	226	58	4	288
Escola onde concluiu o Ensino Médio	Total	19.454	6.996	1.191	27.641
	Privada	5.475	539	450	6.464
	Público	13.220	6.457	725	20.402
	Sem informação	759	0	16	775

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior / Inep
Adaptado de Barbosa (2016)

Quanto à origem étnica do aluno, três aspectos nos chamaram a atenção. Primeiro, a grande quantidade de alunos que não declararam a sua origem étnica. Com efeito, notamos que 47,8% (13.214 alunos) preferiram não declarar sua raça ou cor. O silenciamento desta questão foi tratado por Barbosa (2016):

Quanto à origem étnica, os microdados do Censo da Educação Superior não nos deram elementos suficientes para estabelecer relacionamentos com esta variável. Ocorre que, esse quesito foi deixado sem resposta. Esse silenciamento revela uma questão mais grave: mesmo no que pese adoção de mecanismos de ação afirmativa por parte da Universidade do Estado da Bahia, a questão racial ainda necessita de uma abordagem mais efetiva nessa Universidade. Do ponto de vista da gestão da Universidade, a falta de registro sobre a origem étnica de seus alunos implica em dificuldades para monitorar e avaliar sua política afirmativa (BARBOSA, 2016, p. 72).

O segundo consiste na paridade representativa entre brancos e negros. Ambos apresentaram percentuais similares, 20,6% (5.687 alunos) e 20,3% (5.606 alunos), respectivamente. Em razão de grande parte dos alunos não declararem sua cor ou raça, nos impede de chegar a alguma conclusão a respeito desses valores.

O terceiro recaiu sobre a inexpressiva participação dos alunos de origem indígena que, com 114 estudantes, representava apenas 0,4% do total dos alunos nos cursos de graduação na modalidade EaD oferecidos na Bahia em 2015. Esse quadro fica ainda mais grave quando percebemos que 79,8% (91 alunos) dos estudantes indígenas estavam em cursos ofertados por instituições de natureza privada. Isto aponta para a necessidade de as instituições públicas ampliarem a oferta de vagas para essa parcela da população.

No que diz respeito à idade, os dados da Tabela 5 nos revelou que 57,7% (15.961 alunos) possuíam idade entre 25 e 39 anos, com especial atenção para a faixa etária que abrigava os estudantes com idade entre 30 e 34 anos, que correspondeu a 21,2% (5.871 alunos). Esta informação assume um sentido especial na medida em que a idade mais indicada para se frequentar um curso superior é de 18 a 24 anos. Como 85,6% dos nossos estudantes (23.656 alunos) tinham idade acima desta faixa etária, podemos afirmar que, naquele ano de 2015, os cursos de graduação na modalidade EaD oferecidos no Estado da Bahia, na sua maioria, atendia aos indivíduos que não tiveram a oportunidade de escolarização na idade certa.

Outro aspecto marcante foi o fato de que a grande maioria dos estudantes em cursos de graduação na modalidade EaD, oferecidos no Estado da Bahia em 2015, ser egressa da escola pública. Conforme demonstrado na Tabela 5, 73,8% (20.402 alunos) desses estudantes concluíram o ensino médio em escola da rede pública. Esse padrão se repete quando olhamos por categoria administrativa, com destaque para as instituições estaduais que tinham 92,3% (6.457 alunos) de seus estudantes oriundos do sistema público de educação.

Considerando os atributos acadêmicos dos alunos, elencamos na Tabela 6 alguns aspectos relacionados ao ingresso e ao percurso do estudante na instituição de ensino superior na qual realiza sua formação.

Tabela 6 - Bahia: alunos de graduação na modalidade de EaD, 2015 - Atributos Acadêmicos

Atributo Acadêmico do Aluno	Categoria	Privada	Pública Estadual	Pública Federal	TOTAL
	Total	19.454	6.996	1.191	27.641
Grau Acadêmico	Bacharelado	5.600	830	0	6.430
	Licenciatura	6.407	6.166	1.191	13.764
	Tecnológico	7.447	0	0	7.447
	Total	19.454	6.996	1.191	27.641
Forma de Ingresso	Decisão judicial	0	2	7	9
	ENEM	845	0	372	1.217
	Programa especial	0	1	0	1
	Seleção simplificada	1.874	0	2	1.876
	Seleção vaga remanescente	1.280	169	136	1.585
	Transferência ex-officio	0	1	0	1
	Vestibular	15.455	6.823	674	22.952
	Total	19.454	6.996	1.191	27.641
Financiamento Estudantil	Bolsa IES	3.891	0	0	3.891
	FIES	7	0	0	7
	Prouni integral	855	0	0	855
	Prouni parcial	10	0	0	10
	Sem financiamento	14.691	6.996	1.191	22.878
	Total	19.454	6.996	1.191	27.641
Atividade Extracurricular	Estágio	30	0	0	30
	Extensão	6	2.679	5	2.690
	Monitoria	0	604	4	608
	Não realizou	19.417	3.713	1.180	24.310
	Pesquisa	1	0	2	3

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior / Inep Adaptado de Barbosa (2016)

Ao analisarmos a referida tabela, observamos que a parcela mais expressiva desses estudantes escolheu a licenciatura como formação profissional. Assim, notamos que 49,8% (13.764 alunos), ao eleger um curso de graduação na modalidade EaD, optaram pela licenciatura. Aqueles que preferiram os cursos tecnológicos perfizeram 26,9% (7.447 alunos), enquanto que o bacharelado figurou na preferência de 23,3% (6.430 alunos).

O vestibular foi a forma de ingresso que prevaleceu. Ainda recorrendo aos dados da Tabela 6, evidenciamos que 83,0% (22.952 alunos) ingressaram por essa via. Nesse particular temos a acrescentar que o ingresso por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) se mostrou mais representativo para as instituições públicas federais que tiveram 31,2% (372 alunos) selecionados por meio desse exame.

Em relação ao financiamento estudantil, limitaremos a análise apenas as instituições privadas, visto que as instituições estaduais e federais, por serem públicas, não requerem financiamentos por parte dos estudantes. Desse modo, dos 19.454 alunos que optaram por realizar sua formação profissional em uma instituição privada, 75,5% (14.691 alunos) não contaram com nenhum financiamento, ou seja, tiveram que arcar eles próprios com os custos de sua formação. Os dados registram também que 20,0% desses estudantes (3.891 alunos) usufruíram de programas de financiamento estudantil não reembolsável administrados pelas instituições de ensino superior onde realizou sua formação. Com efeito, notamos o pouco alcance do Programa Universidade para Todos (PROUNI), tipo de financiamento não reembolsável oferecido pelo Ministério da Educação, que beneficiou apenas 4,4% dos estudantes (855 alunos). Cabe destacar, ainda, a insignificante participação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) que, naquele ano de 2015, contemplou apenas 0,04% dos estudantes dos cursos privados de graduação na modalidade EaD oferecidos no Estado da Bahia (7 alunos).

No que concerne a participação dos alunos em atividades extracurriculares, os dados da Tabela 6 demonstram que 87,9% (24.310 alunos) não realizaram qualquer atividade extracurricular. Isto pode se constituir em um prejuízo à formação desses alunos, visto que essas atividades contribuem para o aperfeiçoamento acadêmico e profissional dos mesmos. As atividades de extensão universitária envolveu 9,7% (2.690 alunos), enquanto que 2,2% (608 alunos) estavam envolvidos com atividade de monitoria e 0,1% (30 alunos) realizaram estágio não obrigatório. Neste particular, chamamos atenção para as instituições públicas estaduais que responderam por 99,6% (2679 alunos) e 99,3% (604 alunos) dos estudantes envolvidos nas atividades extracurriculares de extensão e monitoria, respectivamente.

O Quadro 2 apresenta, de maneira sintetizada, os resultados para a categoria aluno atendido em cursos de graduação na modalidade de EaD, no Estado da Bahia, no ano de 2015:

Quadro 2 - Bahia: alunos dos cursos de graduação na modalidade de EaD, 2015
(Síntese)

Dimensão	Atributo	Privada	Pública Estadual	Pública Federal	TOTAL
Pessoal	Gênero	Feminino 52,3%	Feminino 66,5%	Feminino 63,3%	Feminino 56,4%
	Origem Étnica	Aluno não quis declarar cor/raça 39,3%	Aluno não quis declarar cor/raça 70,7%	Aluno não quis declarar cor/raça 51,5%	Aluno não quis declarar cor/raça 47,8%
	Faixa Etária	30 a 34 anos 20,9%	30 a 34 anos 22,0%	30 a 34 anos 21,7%	30 a 34 anos 21,2%
	Escola onde concluiu o Ensino Médio	Rede Pública 68,0%	Rede Pública 92,3%	Rede Pública 60,9%	Rede Pública 73,8%
Acadêmica	Grau Acadêmico	Tecnológico 38,3%	Licenciatura 88,1%	Licenciatura 100,0%	Licenciatura 49,8%
	Forma de Ingresso	Vestibular 79,4%	Vestibular 97,5%	Vestibular 56,6%	Vestibular 83,0%
	Financiamento Estudantil	Sem financiamento 75,5%	Sem financiamento 10,0%	Sem financiamento 100,0%	Sem financiamento 82,8%
	Atividade Extracurricular	Não realizou 99,8%	Não realizou 53,1%	Não realizou 99,1%	Não realizou 87,9%

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior / Inep

Dessa forma, podemos ver que a partir da descrição, o sujeito que melhor representa o universo dos alunos dos cursos de graduação na modalidade EaD, no Estado da Bahia, na ano de 2015, é aquele que reúne as seguintes características pessoais: é do gênero feminino (56,4%), tem dificuldades para expressar sua identidade racial (47,8%), tem no mínimo 30 e no máximo 34 anos (21,2%), portanto, acima da idade adequada, e é egresso do sistema público de educação (73,8%). Por outro lado, também é possível dizer que, em sendo aluno de uma instituição pública estadual, ele contará uma probabilidade de 66,5% de ser mulher, de 70,7% de não querer declarar sua origem étnica, de 22,0% de ter idade entre 30 e 34 anos e, por fim, de 92,3% de ter concluído o ensino médio em uma escola da rede pública.

Desse mesmo modo, terá o seguinte perfil acadêmico: é aluno de licenciatura (49,8%), ingressou por meio de concurso vestibular (83,0%), não conta com financiamento estudantil (82,8%) e não realiza atividades extracurriculares (87,9%). De outra forma, podemos dizer

que, se for aluno de uma instituição de natureza privada, o mesmo terá uma chance de 38,3% de está matriculado em um curso tecnológico, de 79,4% de ter ingressado por meio de vestibular, de 75,5% de não obter financiamento estudantil e de 99,8% de não participar de atividades extracurriculares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo que mostramos aqui, podemos concluir que a educação a distância (EaD) carrega grande potencial como instrumento de democratização das oportunidades de ensino, não apenas pela sua virtualidade, mas por apresenta uma nova forma da educação se relacionar com o espaço. Entretanto, o melhor aproveitamento desse potencial depende da tecnoestrutura requerida por essa modalidade de ensino.

Nessa perspectiva, a internet tornou-se uma aliada na expansão da oferta de oportunidade de ensino via EaD, não apenas como recurso didático, mas com suporte tecnológico (tecnoestrutura) para que a educação alcance um número maior de indivíduos em múltiplos espaços e seja efetiva em sua missão. No entanto, o modelo assimétrico de desenvolvimento adotado no Brasil, conduziu a grandes disparidades em termos de infraestrutura de comunicação que resultou em uma concentração espacial dos investimentos nessa área, de modo que ainda há espaços desassistidos, nos quais o acesso a internet não existe ou se faz com grande precariedade. Por essa razão, o país não consegue aproveitar plenamente o potencial da EaD no atendimento às demandas de escolarização da sua população.

Desse modo, o contexto da pesquisa está demarcado por um quadro de assimetria na infraestrutura de rede do ponto de vista espacial e de precarização tecnológica, conformando uma fraca tecnoestrutura, que resultou na exclusão de parcela razoável da população brasileira ao acesso a internet, impondo limites à expansão da educação a distância.

Considerando esse contexto e tendo vista a consecução dos objetivos deste diagnóstico, propusemos uma metodologia que consistiu em isolar, nos microdados do Censo da Educação Superior de 2015, os dados referentes a graduação na modalidade EaD, com especial atenção àqueles circunscritos nas fronteiras do Estado da Bahia. Na montagem de nossa base de dados nos deparamos com algumas dificuldades de ordem técnica relacionadas aos arquivos contendo os microdados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Esses problemas foram resolvidos aplicando a solução sugerida por Barbosa (2016).

Assim, foi possível conformar uma base de dados consistente que foi resumida em tabelas e gráficos, a fim de tornar os dados mais analíticos e, com isso, proceder a descrição e a explicação do panorama da oferta de graduação na modalidade EaD no Estado da Bahia.

No que concerne ao recorte instituição ofertante, os microdados do censo da educação Superior comprovaram que naquele ano de 2015 a oferta de graduação na modalidade EaD, no Estado da Bahia, ainda operava com razoável grau de precarização, visto que nenhum dos quesitos aqui selecionados foi amplamente atendido pelas instituições ofertantes. A exceção ficou por conta do acesso a internet, que já era esperado por situar no campo da tecnoestrutura mínima necessária para a realização da educação a distância.

Ainda falando das instituições, temos a destacar dois fatos importantes. O primeiro, é a constatação de que ocorria um processo de mercantilização da educação a distância no Estado da Bahia, visto que 61,5,1% das instituições ofertantes (8 instituições) eram privadas, sendo que 75,0% delas (6 instituições) eram declaradamente mercantis (com fins lucrativos). O segundo consiste na pouca inserção, ao menos até aquele ano de 2015, das universidades estaduais. Das quatro universidades estaduais baianas, apenas duas ofertavam oportunidades de graduação na modalidade EaD, representando 15,4% do total das instituições. Isto reduz o potencial da educação a distância como elemento de democratização das oportunidades educacionais. A liderança do setor privado na oferta de graduação na modalidade EaD pode se constituir em um elemento impeditivo à participação dos sujeitos oriundos de classes populares. Nessas circunstâncias, a oferta pública tenderia alcançar um público maior.

No que tange ao recorte curso ofertado, evidenciamos que, no ano de 2015, o Estado da Bahia contava com 45 cursos de graduação na modalidade EaD, instalados em 16 dos 417 municípios baianos. Em outras palavras, podemos dizer que a oferta desses cursos se restringia a apenas 3,8% dos municípios baianos. Esta concentração espacial é uma consequência do processo de mercantilização da educação a distância na Bahia, visto que esses poucos municípios, naquele ano de 2015, concentravam 1/3 de toda a riqueza produzida no Estado, de modo que ofereciam as condições para viabilizar o negócio educacional.

Os microdados também anunciam alguns aspectos promissores dos quais destacamos três: 1) o fato dos cursos de graduação na modalidade EaD se concentrarem no interior do Estado colabora para o processo de dispersão do ensino superior na Bahia; 2) a predominância das licenciaturas entre os cursos de graduação na modalidade EaD contribui para aproximação da universidade com a escola, visto que esses cursos operam na formação de professores para a educação básica e; 3) a expressiva percentagem (71,1%) de cursos de graduação na

modalidade EaD que indicaram, ao responder o questionário do Censo da Educação Superior, que condições de acessibilidade à pessoa com deficiência estavam garantidas.

No que diz respeito ao recorte aluno atendido, observamos que havia, no ano de 2015, uma prevalência de indivíduos femininos entre os alunos dos cursos de graduação na modalidade EaD ofertados no Estado da Bahia. Este fenômeno está relacionado à dominância dos cursos de licenciaturas, grau acadêmico reconhecido como campo majoritariamente feminino.

Quanto à origem étnica dos alunos dos cursos de graduação na modalidade EaD ofertados no Estado da Bahia, três aspectos atraíram nossa atenção: 1) os microdados mostram que a questão da identidade étnica ainda requer aprofundamento e discussões, visto que 47,8% dos alunos preferiram não declarar sua origem étnica; 2) foi revelado uma paridade representativa entre alunos brancos e negros com participações de 20,6% e 20,3%, respectivamente. Este resultado pode estar contaminado pelo fato de que grande parte dos alunos não declarou sua cor ou raça; 3) a inexpressiva participação dos alunos de origem indígena (0,4%), aliada ao fato de que 79,8% dos estudantes indígenas estavam em cursos ofertados por instituições de natureza privada, apontam para a necessidade de que as instituições públicas adotem políticas específicas para essa parcela da população.

Os dados registram uma imensa parcela dos alunos dos cursos de graduação na modalidade EaD ofertados no Estado da Bahia com idade para além daquela idade tida como a ideal. Naquele ano de 2015, 85,6% desses alunos apresentavam idades acima de 24 anos. Esta constatação nos permite afirmar que graduação na modalidade EaD atendia aos indivíduos que não tiveram a oportunidade de escolarização na idade certa. Esse resultado pode também estar relacionado ao fato de que a maioria desses estudantes ser egressa da escola pública (73,8%). É reconhecido que a educação básica pública ainda lida com grande distorção idade-série.

Há de se destacar que, do ponto de vista acadêmico, os alunos dos cursos de graduação na modalidade EaD ofertados no Estado da Bahia, no ano de 2015, se identificariam com um sujeito que cursava a licenciatura (49,8%), ingressou por meio de vestibular (83,0), estudava em um curso de universidade (76,9%), de natureza privada (70,4%); custeava seus estudos (75,5%) e não estava envolvido com atividades extracurriculares (99,8%).

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (ABED). Censo EaD.BR: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2015. Curitiba: InterSaberes, 2016

AUGUSTO, Cleicle Albuquerque; SOUZA, José Paulo de; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento; CARIO, Silvio Antonio Ferraz. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 745-764, Dec. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 mar. 2018.

BARBOSA, Cesar. **Financiamento público das universidades estaduais baianas**: restrições orçamentárias, expansão universitária e desenvolvimento local. 2013. 164f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) - Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013.

BARBOSA, Elisiana Rodrigues Oliveira. **A presença da Universidade do Estado da Bahia nos meios locais**: o perfil e a inserção profissional dos seus egressos licenciados. 2016. 238f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) - Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016.

BRAGA, Juliana Vasconcelos. Informática na Educação - Ferramenta de Apoio ao Ensino e de Estruturação do Profissional do Futuro. **Revista Anápolis Digital**, v. I, p. 1-18, 2010. Disponível em: <<http://anapolis.go.gov.br/revistaanapolisdigital/wp-content/uploads/2011/04/informatica-na-educacao-ferramenta-de-apoio-ao-ensino-e-de-estruturacao-do-profissional-do-futuro.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jun. 2006. Seção 1, p. 4. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm>. Acesso em: 18 jan. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2016. Disponível em http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 mar. 2018

BRASIL. Ministério da Educação. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e

Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e outras disposições. Portaria Normativa nº 40, 12 de dezembro de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2010. Seção 1, p. 23. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16763-port-norm-040-2007-seres&Itemid=30192>. Acesso em: 10 jun. 2017.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/acesoainformacao/perguntas-frequentes/educacao-a-distancia-uab/4144-o-que-e>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa: um ensaio introdutório. **Educação & Seleção**, n. 14, p. 5-16, 1986. Disponível em:

<<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/edusel/article/view/2606>>. Acesso em 5 mar. 2018.

FERREIRA, Alana Mara Santos dos Anjos. **Caracterização da assistência estudantil na perspectiva do Censo da Educação Superior na Universidade do Estado da Bahia**. 2017. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado Profissional Gestão e Tecnologia Aplicada) - Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2017.

GUERREIRO, Evandro Prestes. **Cidade digital: Inoinclusão social e tecnologia em rede**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>>. Acesso em: 06 mai. 2017

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Mincrodados do Censo da Educação Superior. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>>. Acesso em: 06 mai. 2017.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEMOS, André; COSTA, Leonardo. Um modelo de inclusão digital: o caso da cidade de Salvador. In: LEMOS, André (org). **Cidade digital: portais, inclusão e redes no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

LITWIN, E. Educação a Distância: Temas para o Debate de Uma Nova Agenda Educativa. Porto Alegre: Artmed. 2001.

MAIA, C.; J. MATTAR. ABC da EaD: a Educação a Distância hoje. 1. ed. São Paulo: Pearson. 2007.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011.

REZENDE, Eduardo Vieira de. **Produção de audiovisuais no processo de ensino aprendizagem: uma proposta avaliativa**. 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Exatas) - Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

RURATO, P.; GOUVEIA, L. B. Contribuição para o conceito de ensino a distância: vantagens e desvantagens da sua prática. *Revista da Faculdade de Ciência e Tecnologia*, v.1, n.1, p. 85-91, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

VIEIRA, Kelmara Mendes; KUNKEL, Franciele Ines Reis; CAMPARA, Jessica Pulino; PARABONI, Ana Luiza. Determinantes da qualidade dos cursos de educação a distância: uma análise multifatorial. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 20, n. 1, p. 71-96, 2013. Disponível em: <<http://univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/583/573>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652000000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 18jan. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** Porto Alegre: Bookman, 2001.



Universidade do Estado da Bahia

2018
